

**UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA CATARINA
CENTRO DE DESPORTOS
CURSO DE LICENCIATURA EM EDUCAÇÃO FÍSICA**

LENKA AGUIAR BARANENKO

LAZER E ESPAÇOS PÚBLICOS NA CIDADE DE FLORIANÓPOLIS

Florianópolis, 04 de julho 2011

LENKA AGUIAR BARANENKO

LAZER E ESPAÇOS PÚBLICOS NA CIDADE DE FLORIANÓPOLIS

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado à Universidade Federal de Santa Catarina, como requisito para obtenção do título de graduação do curso de Licenciatura em Educação Física. Orientado pela Prof^a. Dr^a. Iracema Soares de Sousa

Florianópolis, 04 de julho 2011

LENKA AGUIAR BARANENKO

LAZER E ESPAÇOS PÚBLICOS NA CIDADE DE FLORIANÓPOLIS

Banca:

Dra. Iracema Soares de Sousa (Orientadora)
Centro de Desportos, UFSC.

Dra. Nise Jinkings (Examinadora)
Centro de Educação, UFSC.

Ms. Carlos Luiz Cardoso (Examinador)
Centro de Desportos, UFSC.

Florianópolis, 04 julho de 2011

AGRADECIMENTOS

Após uma longa jornada de estudos, agradeço a todos que me apoiaram em algum momento de minha vida, em destaque:

Meu pai, Max, e minha mãe, Maria José, que me educaram e me deram amor, sem medir esforços para que eu chegasse até essa etapa da minha vida.

Ao meu irmão, Aleksey, que sempre me socorreu quando chamei e a minha cunhada, Juliana, que me apoiou.

Ao meu querido namorado, Gustavo, que me acompanhou, deu carinho, amor e apoio quando precisei. Ele também foi uma peça chave para esse trabalho, pois ele também foi meu colega de turma e fez parte desse trabalho no início e no final.

A família do Gustavo, que sempre me recebeu e tratou bem.

Aos meus colegas de turma, principalmente a minha parceira de trabalhos, a Beatriz (Bea).

À professora todos os professores que de alguma forma contribuíram para minha formação, principalmente a minha professora orientadora, a Iracema, pela longa jornada, trabalho e pela paciência na orientação e incentivo que tornaram possível a conclusão desta monografia.

MUITO OBRIGADA!

RESUMO

O “lazer” vem sendo discutido entre diversos autores. Ao questionarmos o significado dessa palavra surgiram muitas dúvidas. A falta de unanimidade em relação ao que se está falando é uma constatação comum na literatura publicada. Em torno disso quando conectado à questão dos espaços públicos encontramos outros problemas. Assim essa pesquisa tem a intenção de desocultar a confusão inerente ao que falam sobre o lazer e ao espaço público. Para isso analisamos a proposta do IPUF em relação aos espaços públicos, entrevistamos alguns moradores da cidade e situamos pela literatura publicada o quê a comunidade científica trata do lazer. A base teórica foi desenvolvida na lógica do materialismo histórico dialética, pois consideramos a história e a sociedade como fruto da produção humana e em eterno processo de avanços e também de recuos. Levantamos as fontes bibliográficas ou referências que tratavam deste assunto (lazer e espaço público), desde a história até a análise das respostas conseguidas por meio de entrevistas semi-estruturadas. Levantamos documentos sobre a cidade, mapeamento dos espaços públicos, bem como o Plano Diretor e montamos um curto documentário com os resultados da entrevista. Feita a análise vimos que a maioria das pessoas entrevistadas percebe que os espaços públicos devem ser construídos nas adjacências de suas residências, quem sabe seria a necessidade de mais Praças? E, ainda, as atividades a serem realizadas são de diversos matizes. Arelada a essa questão, não pudemos e não conseguimos delinear como poderíamos alcançar uma clareza em relação à questão do que seria lazer. Haja vista que não existe nenhuma materialidade que se dê como certa para fundamentar ou ser o fenômeno que pode ser chamado lazer. O problema persistiu, mas não caímos na lógica de quase todos os autores, que se esforçam para desenvolver ou elaborar um novo conceito. Não, a questão não seria essa. Podemos dizer que: o problema é que ‘todas’ as explicações encontradas sobre lazer querem dar conta de uma felicidade ou alegria separada da vida real dos seres humanos, ou seja, consideram os seres humanos possuidores de liberdade para fazerem o que querem e não fazem nada para estarem bem porque não desejam, negando que somos condicionados historicamente. Insinuam, dessa forma, que o problema é individual e não social-histórico. Desse modo concluímos que as repostas procuradas não podem ser encontradas pelo aspecto individual dos seres humanos, mas em sua qualidade de ser social. E, para conhecermos os condicionantes históricos que definem e produzem esse ser social só conhecendo a divisão social do trabalho, vale dizer, a problemática que envolve a propriedade privada dos meios de produção. Questões essas que deverão e precisarão de mais pesquisas para seres respondidas.

Palavras-Chave: lazer, espaço-público, trabalho, conceitos

LISTA DE ILUSTRAÇÕES

QUADROS

Quadro 01 – Lugares que costumam frequentar fora do horário de trabalho.....	58
Quadro 02 – Espaços públicos que costumam frequentar.....	59
Quadro 03 – Há ou não equipamentos? Como está a preservação?.....	61
Quadro 04 – O que faz nos espaços públicos?.....	62
Quadro 05 – Quanto a qualidade dos espaços públicos.	63
Quadro 06 – Há ou não espaços públicos suficientes?	64
Quadro 07 – Costuma levar alguém ou já conheceu alguém nos espaços públicos?.....	65
Quadro 08 – Sabe quem faz o planejamento dos espaços públicos na cidade?..	66
Quadro 09 – Tem algum elogio ou reclamação?.....	67

GRÁFICOS

Gráfico 01 – Porcentagem da Análise Teórica.....	11
Gráfico 02 – Frequência que vão aos espaços públicos.....	60

LISTA DE SIGLAS

CDS – Centro de Desportos da Universidade Federal de Santa Catarina

CLT – Consolidação das Leis do Trabalho

IBGE – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística

IPIUF – Instituto de Planejamento Urbano

PMF – Prefeitura Municipal de Florianópolis

UFSC – Universidade Federal de Santa Catarina

ANEXOS

Anexo 1 – Lista de praças.....	78
Anexo 2 – Lista de parques.....	79
Anexo 3 – Lista de largos.....	80
Anexo 4 – Autorização de imagem.....	80
Anexo 5 – Entrevista semi-estruturada.....	81
Anexo 6 – Mapa de Florianópolis com a demarcação voltada para o centro.....	82
Anexo 7 – Mapa de Florianópolis com a demarcação voltada para o centro.....	83
Anexo 8 – Documentário “Curta NA PRAÇA”	84

SUMÁRIO

1.0 INTRODUÇÃO.....	09
1.1 OBJETIVOS.....	13
1.1.2 Geral.....	13
1.1.3 Específico.....	13
2.0 ORIENTAÇÕES TEÓRICO – METODOLÓGICAS.....	14
3.0 LAZER, UM PROBLEMA DE CONCEITUAÇÃO?.....	26
3.1 LAZER, a fala da comunidade científica.....	27
3.2 Etimologia da palavra “lazer”.....	36
3.3 Lazer e a questão da jornada de trabalho.....	36
3.4 Lazer e o não- trabalho.....	39
3.5 Lazer e algumas de suas práticas.....	40
3.6 Lazer e espaços.....	41
3.7 E o Plano Diretor, fala sobre o lazer?	42
3.8 Sobre o seu tempo de trabalho, o que pensam os entrevistados.....	42
4.0 ESPAÇO PÚBLICO, DA HISTÓRIA À REALIDADE.....	44
4.1 Histórico: Espaço público.....	45
4.1.1 No Brasil.....	46
4.1.2 A cidade de Florianópolis.....	48
4.2 IPUF, o que falam sobre o espaço público.....	49
4.3 E o Plano Diretor?.....	51
4.4 Atividades e infra estrutura observadas.....	56
4.5 A visão dos entrevistados.....	58
5.0 LAZER E OS ESPAÇOS PÚBLICOS, Considerações finais.....	70
6.0 REFERÊNCIAS.....	72
7.0 ANEXOS.....	78

1.0 Introdução

O “lazer” é um assunto que, neste início de século (XXI), apresenta um número razoável de publicações. Um problema, porém, continua persistindo: a falta de unanimidade do seu conceito. O que seria lazer? Será que não existe uma idéia comum para explicá-lo? O que dizem os leigos sobre o lazer (senso comum)? E os estudiosos do tema? Por que não existe uma explicação comum? E porque qualquer atividade pode ser dita como de lazer? Onde se localiza e como é possível detectar a falha de tal situação? O conhecimento científico não é feito de avanços? Quais os avanços dos estudos sobre lazer e o que representaria neste momento da nossa história? Quais as vias que estamos seguindo para se conhecer o lazer? Seria a sua relação com o trabalho? Que trabalho? O que está sustentando a organização social da produção para o capital? Vale dizer, o conjunto das relações sociais de produção?

Os questionamentos se avolumam e permanecem crescendo desde o início de minha formação acadêmica e mais ainda quando vamos estudando e aprofundando sobre as construções teóricas existentes. Isso tudo se iniciou durante a disciplina Fundamentos Teórico Metodológicos do Lazer, cursada na Universidade Federal de Santa Catarina, a partir do questionamento feito pela professora sobre o que fazíamos no nosso “lazer”. Notamos que a maioria dos alunos daquela turma optava por atividades de consumo, ou seja, sempre relacionavam às atividades com o gasto de dinheiro, sempre faziam algo para se consumir. Poucos colegas citaram algo relacionado à gratuidade, ou até mesmo fazendo referência a algum local público que frequentavam.

Durante essa disciplina, o material utilizado foi amplo, estudamos em livros de filosofia, história, educação, lúdico e lazer. Tudo isso para tentar ampliar nosso

conhecimento em torno de uma compreensão mais crítica sobre a palavra “lazer”, que seria o foco da disciplina. Daí em diante a busca por uma resposta convincente sobre esta problemática continuou.

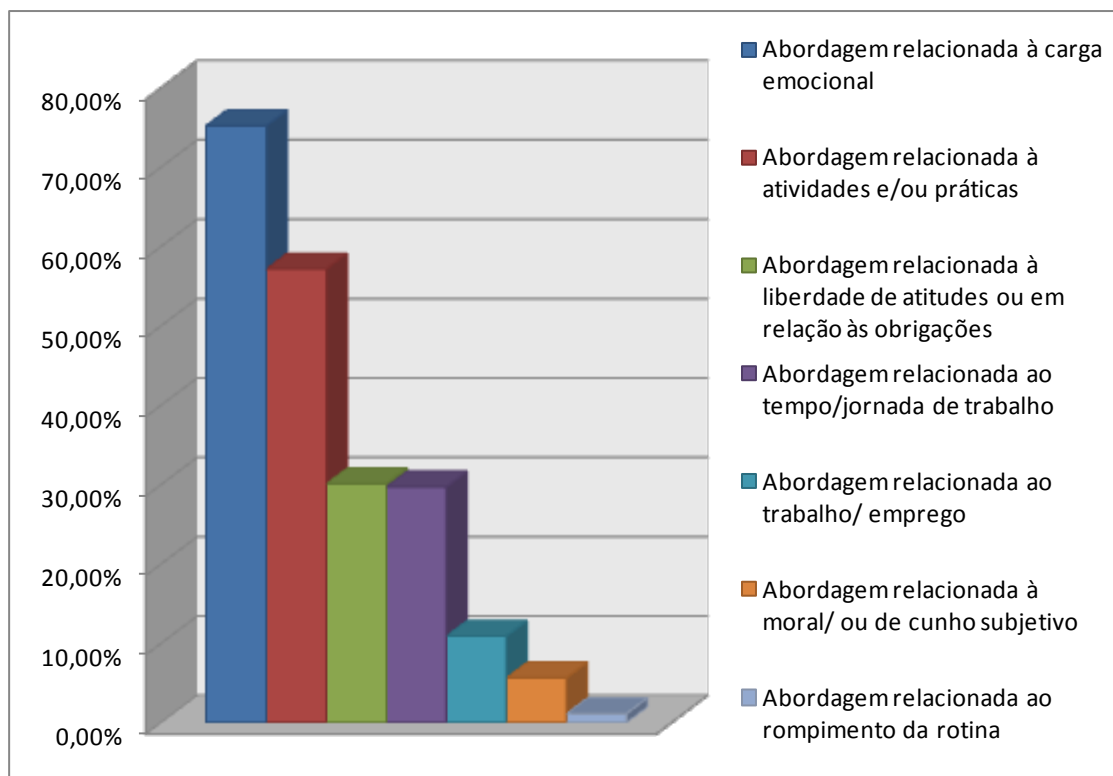
Aos questionamentos anteriores sobre como explicaríamos o lazer acrescentaram-se ainda mais dúvidas quando começamos a unir a questão dos espaços públicos; há espaços públicos na cidade de Florianópolis? Com essa questão eu, Lenka Aguiar Baranenko, e o Gustavo Remor Moritz, que também cursava essa disciplina, encontramos um problema para tratar de forma mais crítica e sistemática tendo em vista a exigência de um trabalho de iniciação científica na disciplina, com a entrega para o final do semestre. Assim, nestas condições, direcionamos os estudos para este foco de pesquisa, a questão dos espaços públicos de lazer. O problema conceitual ficou na espera. Levantamos bibliografias, o histórico dos espaços públicos e dados disponibilizados pela prefeitura municipal da cidade de Florianópolis, na época.

Em um momento posterior à conclusão da referida disciplina, fui monitora da mesma e dei continuidade aos estudos, realizando juntamente com a professora Iracema Soares de Sousa uma pesquisa cujo título foi: Lazer, conceitos e pré-conceitos – um senso comum sistematizado? Nesta pesquisa a problemática continuava com o foco da necessidade de termos claro uma definição, ou explicação sobre o que realmente seria lazer. Conseguimos sistematizar dados levantados pela professora durante o período de 2003 a 2009, por meio de um questionário aplicado a 246 acadêmicos da segunda fase do curso de Educação Física da Universidade Federal de Santa Catarina. No decorrer desse estudo procuramos conhecer o pensamento do lazer em diversos pesquisadores da área com o compromisso de desvelar essa complexa problemática.

Ao montar as relações entre os dados empíricos e os teóricos encontramos o seguinte resultado: 75% dos acadêmicos conceituam o lazer numa perspectiva emocional; 57% como atividades e/ou práticas corporais; 30% afirmam que lazer é estar livre de obrigações; 29% relacionam o lazer com o tempo livre do trabalho e os demais (17%) explicam o lazer como oposição ao trabalho, de uma forma moralista ou como algo fora da rotina. Sintetizamos nas categorias: carga emocional imputada ao lazer; atividades e/ou práticas; algo sem obrigação; tempo fora do trabalho;

trabalho; algo moral e/ou subjetivo; que rompe com a rotina. Conforme gráfico abaixo:

Gráfico 01 - Porcentagem da Análise Teórica



Assim, vimos que a confusão continua, logo, o que sustenta essa obscuridade? O lazer, tudo indica, parece manifestar uma ideologia que sustenta, pelo fetiche da mercadoria, dificuldades de sua explicitação real. Portanto, junta-se com a produção/reprodução para o capital e nega elaborações mais rigorosas e contextualizadas historicamente.

A experiência com esses trabalhos de pesquisa foi interessante, nos fez levantar mais questões sobre a distribuição dos espaços públicos, bem como outras questões envolvendo a cidade e ainda a falta de uma conceituação comum, com uma unidade para explicar lazer de forma consistente e mais real. Questões essas que na época não foram respondidas, então me pergunto novamente: Existe espaço público para lazer na cidade? Quais os tipos e com que finalidade são projetados? O que diz o Instituto de Planejamento Urbano de Florianópolis (IPUF) sobre o espaço público? Com que finalidade social projetam esses espaços? O IPUF tem algum critério para criação de um espaço público e a sua manutenção? O que pensam as

pessoas sobre lazer, será que seguem o mesmo raciocínio dos alunos do curso de educação física do CDS/UFSC? Será que elas percebem falta de espaço público? E fariam o quê nestes espaços? O que sustenta esse possível senso comum, em outras palavras qual a materialidade histórica desta condição?

Essas questões devolveram a vontade de continuar com essa pesquisa no sentido de ver se seria possível resolver, mesmo que de forma parcial essa problemática. De forma parcial por conta dos limites de tempo haja vista que seria no período limitado à construção de uma monografia, ou seja, um semestre de aulas apenas, não chegando a completar quatro meses de duração.

Assim para sintetizar e delimitar esta pesquisa perguntamos: será que o IPUF como órgão institucional da Prefeitura do município de Florianópolis, responsável pelo planejamento urbano da cidade, apresenta em seus documentos referências à existência de espaços públicos para variadas atividades bem como preocupação de algum tipo neste sentido. Por outro lado também se questiona se os moradores desta cidade utilizam os espaços existentes e com que tipo de atividade. Será que elaboram alguma idéia sobre lazer? Ou explicariam esta necessidade com outras justificativas?

Mesmo tendo certo que essas dúvidas parecem simples de serem respondidas, no conjunto de relações sociais e nas condições de desenvolvimento da sociedade capitalista e das pesquisas realizadas sobre este assunto, este 'desocultamento' é deveras muito difícil de alcançar. Por outro lado também sabemos que muitos devem ter as mesmas dúvidas. Sendo assim, buscamos apresentar a importância histórica do espaço público e como ainda temos muito que elaborar para se ter claro que discussão é essa sobre o lazer.

A atenção será encaminhada para a importância de se criar condições materiais para a concretização de uma vida social, de forma pública e gratuita. Ou seja, a criação de espaços para o exercício do bem público, do desenvolvimento das potencialidades humanas e não privado. O compromisso histórico do poder político (municipal) em promover claramente essa condição material seria o que deveria existir na realidade. Por consequência desta problemática apresentamos, portanto, os objetivos desta pesquisa.

1.1 Objetivos

1.1.1 Geral:

Analisar a proposta do IPUF em relação aos espaços-públicos e examinar se há espaços-públicos e sua distribuição na cidade - não deixando de conhecer como a população pensa sobre essa questão - bem como conhecer como as pessoas utilizam esse espaço no seu tempo livre do trabalho e com que finalidade – qual a idéia presente. Por fim, e definindo todas as questões: isso tudo teria alguma conexão com lazer? o que seria lazer, por fim?

1.1.2 Específicos:

a) Analisar nos documentos disponíveis do IPUF ou outros órgãos se existe previsão de construção de espaços públicos ou sistematização oficializada dos espaços já existentes;

b) Conhecer e analisar o que falam nos documentos em pauta sobre o lazer considerando o contexto histórico de nossa realidade bem como a sua relação com o trabalho e o tempo ou jornada de trabalho;

c) Conhecer o que a população pensa sobre o lazer e sua relação com o espaço-público (se há ou não e suas condições, se existe contradição) e com o trabalho e com o tempo oposto ao trabalho;

d) Analisar qual o tipo de atividade e a constância dessas possíveis práticas nos espaços existentes levantados (o mapeado para esta pesquisa), considerando a possibilidade de seu uso ou/em outros espaços.

2.0 ORIENTAÇÕES TEÓRICO - METODOLÓGICAS

Por considerarmos a história e a sociedade, como fruto da produção humana, em certas condições, consolidamos o rumo da pesquisa na dialética, também chamada de Marxismo, a qual Minayo (2008. p.24) explica: “trabalha com a valorização das quantidades e da qualidade, com as contradições intrínsecas às ações e realizações humanas, e com o movimento perene entre parte e todo, e interioridade e exterioridade dos fenômenos”.

Segundo Meksenas (2002), o Marxismo é “uma concepção filosófica que define a ciência e a tecnologia como produtos da história” ele ainda cita Konder (1995), que completa afirmando que “o método dialético do materialismo histórico [desenvolvido por Marx] consiste em reconhecer essa situação e em procurar extrair as conseqüências dela”.

Neste sentido, pretende-se levar em conta as leis e categorias do materialismo histórico-dialético de Triviños (1987), que levam em conta três leis principais: a) a lei da transformação da quantidade e qualidade e vice-versa; b) a lei da interpenetração dos contrários; c) a lei da negação da negação.

A primeira lei se refere à qualidade como uma “coisa que está intimamente ligada à maneira de como as propriedades e os elementos estão estruturados” (p.66). E para se ter uma visão exata dessa qualidade, ainda é preciso conhecer suas funções e finalidades. Já a quantidade é expressa por um número e “conhecer a quantidade de um objeto, significa avançar no conhecimento do objeto” (p.66). Triviños (1987) afirma que “a qualidade de um objeto não muda por uma simples mudança de quantidade” (p.67), “mas a mudança de qualidade depende, em determinado momento, da mudança de quantidade” (p.67), ou seja, “para que esta dependência se concretize é preciso que se rompam certos limites das mudanças

quantitativas” (p.67). O objeto transformado terá uma nova qualidade, medida e limites de medida.

A segunda lei fala dos contrários, onde “estes, no processo de transformação, são opostos. Mas não pode existir um sem o outro, apesar de possuírem algum aspecto importante ou essencial que o outro não possui” (p.69). “Os opostos estão em interação permanente. Isto é o que constitui a contradição, ou seja, a luta dos contrários” (p.69). Vale lembrar que nem todas as diferenças são contradições dialéticas. Triviños ainda anuncia que existem tipos de contradições, que podem acontecer de acordo com a natureza, por exemplo. Logo ele cita as *contradições internas* e as *externas*. A primeira ocorre entre aspectos contrários de um mesmo fenômeno, já a segunda ocorre entre fenômenos diferentes.

A terceira lei distingue dois tipos de negação, o *dialético* que se baseia na evolução e que estuda todas as classes de movimento, e o *metafísico* que apenas considera a regressão e o movimento circular como tipos de movimentos, sem crer na evolução. A negação dialética é resultado da luta dos contrários, é objetiva e significa a passagem do inferior para o superior (ou o inverso), mas vale “ressaltar que nem toda negação dialética, na passagem de um para o outro, na luta dos contrários, se transforma no contrário”. Em síntese, Triviños (1987, p.72) afirma que:

na luta dos contrários, o novo que surge não elimina o velho de forma absoluta. O novo significa um novo objeto, uma nova qualidade, mas o novo possui muitos elementos do antigo, os elementos que são considerados positivos na estrutura do novo e que, de acordo com as circunstâncias onde se desenvolverá o novo, continuam existindo neste.

Triviños analisa que “o fato histórico tem permitido a alguns expressar que a “história se repete”, que não existe progresso, que sempre se volta ao ponto de partida” (p.72), essa idéia representa uma concepção metafísica então o autor acrescenta:

é certo que o “regresso” se realizou em outro nível, profundamente complexo, apoiando-se na ciência, empregando tecnologia, planejando, cuidando melhor, sem dúvida, dos seres humanos. Este progresso é denominado pelo marxismo “progresso espiral”. Nele se reconhece que o desenvolvimento tem um caráter contraditório, isto é, que é possível que em determinadas etapas se repitam, como nova qualidade,

fases do fenômeno que já foram passadas. Por isto se aceita no marxismo também que o desenvolvimento não pode ser retilíneo nem circular (p.72)

No ponto de vista da estratégia de pesquisa, levamos em consideração as idéias de Gonçalves (2007). Esta autora classifica as pesquisas a partir de alguns critérios. Neste sentido, o apoio recairá na estratégia que toma pressuposto a pesquisa a partir da “natureza dos dados” (p.69), isto é, quantidade e qualidade. Este procedimento é de suma importância, uma vez que a “transformação da quantidade em qualidade” Triviños (1987, p.65) - é uma das leis da dialética.

Partimos da realidade, porém, buscando o ir além, sair do senso comum, ultrapassar do concreto (na maioria das vezes explicadas pelo senso comum) para o concreto pensado. Também o procedimento de coleta de dados seguiu essa mesma base, que foi desenvolvida a partir da lógica dialética materialista.

E, na busca de se conseguir cumprir com nossos objetivos seguimos as principais orientações de uma pesquisa exploratória, que segundo Gil (1991, p.46):

têm como objetivo proporcionar maior familiaridade com o problema, com vistas a torná-lo mais explícito ou a construir hipótese. Pode-se dizer que estas pesquisas têm como objetivo principal o aprimoramento de idéias ou a descoberta de intuições. Seu planejamento é, portanto, bastante flexível, de modo que possibilite a consideração dos mais variados aspectos relativos ao fato estudado.

Sendo assim, utilizamos referências bibliográficas e documentos sobre os espaços públicos e lazer com intenção de obtermos o eixo teórico-metodológico e com isso montarmos a estruturação e elaboração das entrevistas, pois tínhamos em mente a necessidade dela ser semi-estruturada. Com essa fundamentação, também criamos a base geral para ir a campo. E no todo, montaríamos as informações científicas.

Assim o planejamento obedeceu à seguinte ordem, que não foi obedecida rigidamente, houve idas e vindas. O processo não foi linear. Apresentamos abaixo o planejamento:

- levantar fontes bibliográficas ou referências que tratassem da temática, desde a história, origem das palavras e análise de alguns autores sobre estas;

- levantar documentos da cidade, que mostrasse todos os espaços públicos (mapeamento), bem como o Plano Diretor e documentos que tivessem dados da população da cidade por bairros;

- realizar entrevistas semi-estruturadas para termos um panorama sobre o que as pessoas que estejam freqüentando espaços públicos falam, ou de alguma maneira, 'pensam' sobre esses espaços;

- conseguir equipamento (filmadora e tripé) para gravar a entrevista e práticas que encontrarmos em espaços públicos;

- sistematizar as respostas da entrevista e procurar com isso construir as categorias empíricas de análise;

- sistematizar todos os dados que conseguimos para concluir a pesquisa;

- montar um pequeno documentário, com as entrevistas e alguns espaços de Florianópolis, para apresentar e registrar, juntamente com os resultados, a realidade concreta, de uma forma o mais real possível.

Ao dar início ao que havia sido planejado, conseguimos alguns bons materiais sobre o espaço público; em sua maioria relacionava com a história. Dessa forma, conseguimos fazer a relação do espaço público na antiguidade com o espaço público no Brasil, semelhança encontrada com a forma do primeiro espaço público criado em Florianópolis.

A seguir, procuramos materiais sobre o lazer e novamente começamos a fazer um levantamento histórico e etimológico, até chegar ao que a maioria dos pesquisadores diz. Nesse momento, pudemos confirmar a continuidade da confusão que já havíamos notado anteriormente.

O passo seguinte foi o que mais tivemos dificuldades. Dia 24 de março de 2011, fomos ao IPUF com a expectativa de conseguir um material atualizado sobre os espaços públicos na cidade, bem como outros dados relacionados a isso. E conseguimos, mas o próprio funcionário que trabalha no Instituto de Planejamento

Urbano de Florianópolis nos avisou que eles não tinham nada recente, mesmo assim insistimos, mas não obtivemos nenhum avanço em relação aos documentos já em mãos.

Dispomos assim de um livro de 1998 contendo informações sobre esses espaços, um programa para computador (Guia Digital de Florianópolis) de 2003 e o Projeto do Plano Diretor. Analisamos os dados e percebemos a desatualização e a falta de detalhamento nos bairros periféricos, como o norte, sul e leste da ilha, o que nos fez descartar a possibilidade da utilização dos mapas em favor da pesquisa, bem como essas regiões da cidade na pesquisa. Dessa forma seguimos atrás de novas informações da cidade, dessa vez referente aos números da população por bairros, pois visávamos investigar as regiões mais habitadas. No caso, como tivemos dificuldades de encontrar o mapeamento e registro dos espaços no norte, sul e leste da ilha, decidimos, devido ao curto período de tempo, focalizar os bairros mais populosos: a região do Continente e do Centro (oeste da ilha).

Para conseguir os dados populacionais da cidade, logo pensamos no *site* da prefeitura, porém, esse só continha a população total. Logo fomos ao IBGE (28 de abril de 2011). Lá, fomos muito bem recebidos; a funcionária que nos atendeu, deu-se ao trabalho de nos ensinar a mexer no sistema *on-line* do IBGE, porém, não conseguimos os dados por bairro atualizado, pois o Censo 2010 ainda não estava pronto, então ela nos apresentou os dados por universo, que não necessariamente continha com precisão um bairro, mas era uma região que se aproximava aos bairros.

Esses dados disponíveis, no entanto, não contemplava a delimitação dos bairros, pois os dados do universo talvez se apresentassem muito amplos, assim a volta ao IPUF foi necessário, para dirimir essas dúvidas. O atendimento acontece pelo mesmo funcionário da vez anterior. Mas, antes mesmo dele apresentar algum material ele nos sugeriu o IBGE, justificando que eram eles que forneciam esse tipo de dados. Logo, explicamos que tínhamos ido lá minutos antes, e que não tínhamos quase que nenhum avanço. Foi assim que ele nos mostrou o quê à biblioteca do IPUF tinha sobre a população. Começou mostrando o Censo anterior (2000), e em seguida nos apresentou tabelas com a população da cidade em 2006 e a projeção

da população. Uma das tabelas mostrava essa projeção a cada um ano, e outra a cada cinco anos. Copiamos o material para posterior análise.

Ao analisar e comparar o material percebemos que os títulos do universo definidos pelo IBGE, eram os mesmos que os dos bairros no documento de 2006. Dessa forma, resolvemos utilizar os valores dos universos do Censo de 2010, considerando assim como se fossem os bairros. Encontramos dessa maneira uma forma para delimitar os locais que iríamos entrevistar e observar.

Percebemos que o mapeamento e o nosso tempo eram desfavoráveis para irmos investigar 'do zero' as regiões norte, sul e leste da ilha, foi assim que decidimos ficar apenas na região Continental e Central da cidade. Para decidir o bairro de cada região que investigamos, optamos por escolher o mais populoso, pois estimamos que ao se ter uma grande quantidade de moradores, teríamos uma estrutura planejada. Dessa forma, verificamos que a região do Estreito é a mais populosa do Continente e da região Oeste da ilha, seria o Centro da cidade.

A partir da delimitação territorial, elaboramos a entrevista semi-estruturada, que Triviños (1987) explica:

Podemos entender por entrevista semi-estruturada, em geral, aquela que parte de certos questionamentos básicos, apoiados em teorias e hipóteses, que interessam à pesquisa, e que, em seguida, oferecem amplo campo de interrogativas, fruto de novas hipóteses que vão surgindo à medida que se recebem as respostas do informante. Desta maneira, o informante, seguindo espontaneamente a linha de seu pensamento e de suas experiências dentro do foco principal colocado pelo investigador, começa a participar da elaboração do conteúdo da pesquisa.

Pretende-se explicitar contradições entre o que se divulga sobre o lazer em suas diversas abordagens, bem como levantar, em relação a alguns itens que sempre estão relacionados nas discussões sobre lazer, como a questão dos espaços tanto públicos quanto privados em sua realidade concreta da cidade de Florianópolis e também a sua variabilidade de explicações. Tentamos levantar por meio da análise de referências conseguidas nos órgãos ou instâncias de poder da cidade, como a Prefeitura Municipal de Florianópolis e, nas publicações que trazem ou tratam desses assuntos.

A exploração de um campo empírico para ilustrar essa discussão também será utilizada como meio de conhecer essa nossa realidade.

Dessa forma, nos baseamos na bibliografia e documentos já obtidos. Tentamos ocultar a palavra-chave “lazer”, para que por meio das perguntas conseguíssemos identificar a preferência dos entrevistados pelos espaços públicos ou privados e poderíamos perceber se os entrevistados conectariam, ou não, as questões da entrevista com essa palavra, ou seja, as questões foram elaboradas para as pessoas apenas terem pistas do assunto que nós aprofundaríamos sem explicitar no momento da fala. Não queríamos estimular o pensamento com a idéia já pronta, mas sim tentarmos provocar o que realmente pensavam sobre aquele assunto.

Antes de ir a campo, estudamos os materiais que precisaríamos e concluímos que precisaríamos de uma câmera, tripé, autorização de imagem para os entrevistados preencherem, prancheta e um diário para anotações.

Desse material, o mais difícil de conseguir foi a câmera. Tivemos que conseguir por meio de um estudante de Cinema, pois toda vez que fomos reservar a que o Curso de Educação Física disponibiliza, ela não estava disponível, mesmo reservando com antecedência. Sendo assim, esse estudante, Gustavo Remor Moritz, reservou com antecedência e um dia antes do programado pegou a câmera, portanto, conseguimos apoio em outro curso da UFSC, fora do CDS.

Para fazermos a entrevista, tivemos que escolher dias que não estivessem chovendo para não estragar o material e fizemos um pré-itinerário para seguir. Assim iríamos a diversos locais do Centro e Continente, evitando ficar em lugares fixos e abordar pessoas de um só lugar.

Nessa saída a campo, não tínhamos como meta só as entrevistas, queríamos observar o que acontecia em volta e fazer tomadas dos ambientes visitados, dessa forma, depois de elaborado o roteiro de entrevistas, convidamos o mesmo estudante de cinema, Gustavo, para nos ajudar na feitura do documentário. Juntos, fomos a campo fazer as filmagens, observações e registros. Foram feitas tomadas de praças e movimentação de pessoas, além das entrevistas direcionadas.

Após as filmagens, sistematizamos as entrevistas para este Trabalho de Conclusão de Curso (TCC) e, conseqüentemente, para a elaboração do documentário, que foi filmado e editado pelo estudante de cinema.

A idéia inicial era trazer imagens da cidade juntamente com as entrevistas sequencialmente, no entanto, depois de algumas análises e, tendo em vista o compromisso de apresentarmos a realidade tal como ela é, ou os dados o mais próximo possível do real, resolvemos embaralhar as opiniões e mostrar as contradições. Desta forma o documentário traria a idéia de que existem conexões entre eles, apesar das contradições, ou da não uniformidade das respostas, expondo uma rede de relações. Conseqüentemente tudo e todos estavam interligados.

No campo, encontramos pessoas com posturas divergentes em relação às várias questões. Desde a forma de se vestir, até o tipo de atividade realizada como trabalho, pois não direcionamos a uma amostra controlada, mas precisávamos obter algo apesar de estar planejado, mas de forma espontânea. No total, conseguimos quinze pessoas entrevistadas, sendo que uma não aceitou ser filmada e nos explicou que era por participar da associação da comunidade e achava arriscado falar abertamente, pois ele poderia ser injusto para com alguém ou alguma entidade.

É importante ressaltar, que por ser uma entrevista semi-estruturada, as pessoas que responderam, podem ter dito mais de um item dentro de uma resposta. Por exemplo, ao perguntar qual lugar elas costumam freqüentar no horário oposto ao do trabalho, um sujeito respondeu que costuma ir às praças, em um parque e na praia. Ou seja, ele apresentou as várias opções que dispõem no uso desse tempo.

Nosso itinerário foi realizado em dois dias. Seguimos esses passos: fomos à Praça XV de Novembro, Largo da Catedral, Palácio Cruz e Souza, Praça Fernando Machado, Largo da Alfândega, Feira do Livro, Beiramar Continental, Praça Renato Ramos da Silva, Praça do Canto, Biblioteca Pública Municipal Professor Francisco Barreiros Filho, Praça Nossa Senhora de Fátima, Praça sem registro (localizada na altura de 900m na Av. Atlântica no continente), Praça Governador Celso Ramos, Praça República da Grécia, Praça Sesquicentenário e Praça de Portugal (essas três últimas fazem parte da Beiramar Norte), respectivamente. Apesar de não fazer parte

da nossa delimitação, chegamos a passar pelo Parque de Coqueiros, e notamos que havia um grande movimento, logo fizemos um breve registro.

Essa etapa em que analisamos os espaços-públicos, apesar de fazer parte da discussão sobre “lazer”, na elaboração deste Trabalho de Conclusão de Curso, está em parte separada.

O vínculo entre lazer e espaço público aparece como conclusão quando percebermos que na verdade os usos do tempo livre do trabalho (Sousa, 2002) é o que define as atividades ali realizadas. Este uso apresenta-se de diversas maneiras. Vale dizer que são diferentes usos, portanto, além da confirmação que a compreensão das pessoas sobre esses espaços obedece a diferentes interpretações da realidade e da vida, também não vinculam estes espaços a um direito social, ou seja, um direito político. Assim, as dificuldades permanecem sem solução, talvez por conta desta ignorância sobre direitos mínimos de uma vida digna.

A necessidade de situar os leitores em relação ao que os autores falam sobre o “lazer”, haja vista que é um assunto bastante discutido, foi decisiva para limitar o uso de materiais importantes que estejam publicados. Escolhemos a década de setenta a oitenta por ser um momento definidor para a Educação Física, pois inicia um processo de crítica a Educação Física Escolar e com isso vários tipos de abordagens começam a ser considerados para fundamentar as possíveis análises. Consideramos também algumas obras mais recentes por conta das mesmas não apresentarem, em nosso ponto de vista, nenhum avanço das discussões apresentadas anteriormente no século XX.

As primeiras obras sobre lazer repercutem na Educação Física, e influenciaram de alguma maneira a nossa área. Temos clareza que, de lá prá cá, as confusões permanecem, porém, o instigante nisto tudo é que após quase trinta anos de pesquisas com este tema ainda não está contemplada ou dirimida a dúvida sobre o que é lazer. Sousa (2000), diz que:

A revisão de literatura existente mostra que, entre os estudiosos¹ do lazer, não há acordo na compreensão do conceito de lazer, por se tratar, dizem eles/elas, de um termo carregado de preferências e juízos de valor. Além disso, alguns autores

¹Requixa (1980);Marcelino (1983,1990,1992);Bruhns (1992);Pacheco (1992); Dumazedier (1973) e outros.

chegam a afirmar que lazer e ludicidade² são sinônimos e que tempo livre - condição para o exercício do lazer, é o mesmo que tempo desobrigado, ou seja, o lazer seria uma ocupação não obrigatória e, portanto, longe de qualquer controle social. Na verdade, tal suposição baseia-se na caracterização de lazer do sociólogo francês Jofre Dumazedier (1973), que vem influenciando decisivamente a produção brasileira (p.182).

É por esta razão que resolvemos utilizar para nos fundamentar e construir as análises críticas sobre o lazer os primeiros autores que trataram deste assunto no Brasil, pois é quase certo que as pesquisas daí por diante seguem a mesma linha. Pequenas divergências se observam, porém, o pano de fundo é o mesmo. E, ainda como nos diz Sousa (2000):

A ausência de uma definição conceitual mais clara do que vem a ser o lazer enquanto atividade humana, e de como este se caracteriza na sociedade capitalista urbano-industrial, tem, por um lado, contribuído para certo esvaziamento da própria definição deste enquanto meta educacional. Por outro lado, tem provocado uma enorme confusão na sistematização teórica de tal conceito tanto no que diz respeito aos resultados de pesquisa quanto na definição do campo didático-metodológico e, ainda, na elaboração de diretrizes para o ensino da educação física (p. 182).

Em pesquisa recente e com a preocupação de montar o estado da arte sobre as pesquisas e estudos do lazer no Brasil Peixoto (2007) afirma: “Na diversidade que caracteriza os estudos do lazer, faz-se necessário localizar: 1) o eixo norteador/justificador desta produção; 2) as características deste eixo ao longo do tempo, com possibilidade de configuração de ciclos de produção do conhecimento” (p.567).

Os ciclos de conhecimento definidos pela autora traz a seguinte sistematização: um primeiro ciclo de publicações brasileiras regulares acontecendo a partir do ano de 1934 até meados de 1960. Na década de setenta temos a primeira explosão na produção do conhecimento referente aos estudos do lazer, com 87 publicações.

O terceiro ciclo da produção do conhecimento terá como marco a abordagem dos estudos do lazer como temática dos programas de pós-graduação e os eventos

²Esta palavra ludicidade, segundo a própria professora da disciplina DEF 5886 (Fundamentos teórico-metodológicos do lazer) e autora desta citação esclarece aos alunos/as que não existe, não está dicionarizada e, portanto, é fruto de uma tradução mal realizada do livro Homo Ludens de Johan Huizinga, quando neste livro aparece esta palavra. Assim, mesmo que se repitam em variadas produções da área, esta palavra não existe.

regulares realizados especialmente pela educação física durante as décadas de 1980 e 1990. Nesta fase ocorrem intensos debates que vão expor as ideologias nas quais a problemática do lazer está envolta disseminando-se trabalhos de crítica à produção do conhecimento e à matriz ideológica que a caracteriza (p.572).

Segundo Peixoto (2007) foi nas décadas de 1980 que encontramos a produção inicial da geração de autores que vão ser responsáveis pela formação dos profissionais que atuarão no ensino superior nas duas décadas seguintes. Destacamos Nelson Carvalho Marcelino, Kátia Brandão Cavalcanti, Paulo de Salles Oliveira; Luiz G.G. Trigo; Newton Cunha; Maria Isabel de Souza Lopes; Maria Isabel Leme Faleiros; Dante Silvestre Neto; Lílian A.B. do Valle; Yara Maria Kuster; Sarah Bacal; Maria Cecília Spina Forjaz; Liz Cintra Rolim; Marília Gomes dos Reis Ansaraha; Ao mesmo tempo Ethel Bauzer Medeiros, Renato Requixa, Luiz Otávio de Lima Camargo e Lenea Gaelzer mantêm suas produções.

“Na década de 1980 temos um total de 113 publicações; na década de 1990, temos um total de 582 trabalhos publicados; e nestes seis primeiros anos desta década do século XXI a produção sobe para 1.754 trabalhos” (PEIXOTO, 2007. p.573).

Recortamos para esta pesquisa a década de 1980, pois pretendemos levantar como os autores que mais influenciam esta produção no Brasil apresentam e conceituam o “lazer” e a partir dessas publicações partirmos para a ‘explicitação’ de onde vêm as divergências e falta de consenso sobre o que seria o “lazer”. Sem dúvida é um trabalho que exige muito fôlego e principalmente pela dificuldade da nossa formação limitada de conhecimento crítico, no que se refere às discussões oriundas do mundo do trabalho ou das relações sociais de produção da vida.

Segundo Sousa (2000), “a abordagem sobre tempo livre/lazer que permite a consolidação do estranhamento próprio do processo de trabalho nas condições capitalistas é a que autonômiza tempo/lazer com o trabalho, ou seja, ao se desconsiderar a alienação, isola-a, neutralizando-a e criando uma independência que é falsa” (p.183). Portanto, podemos reconhecer que a relação e as contradições entre trabalho, tempo livre/lazer e a educação física não se configuram de maneira mecânica, muito menos de uma forma simples, explícita; exige um tipo de

leitura/análise que não pode ser realizado se não abdicarmos das nossas influências metafísicas e conservadoras (p. 181).

Assim, apresentaremos a seguir, tudo que encontramos sobre espaço público, história, documentos e entrevista; e sobre “lazer”, tentando situá-lo historicamente em certa medida, e etimologicamente. E apresentamos também alguns recortes das entrevistas, para, por fim, relacionar os espaços públicos ao “lazer”. As categorias de análise concebidas para dar conta dessas explicações foram: Lazer, um problema de conceituação?; Lazer, a fala da comunidade científica; Etimologia da palavra “lazer”; Lazer e a questão da jornada de trabalho; Lazer e o não- trabalho; Lazer e algumas de suas práticas; Lazer e espaços; E o Plano Diretor, fala sobre o lazer?; Sobre o seu tempo de trabalho, o que pensam os entrevistados; Espaço público, da história à realidade; Histórico: Espaço público; No Brasil; A cidade de Florianópolis; IPUF, o que falam sobre o espaço público; E o Plano Diretor?; Atividades e infra-estrutura observadas; A visão dos entrevistados.

3.0 LAZER, um problema de conceituação?

Tendo em vista que as confusões conceituais são imensas quando se fala do lazer, optamos nesta parte do trabalho a apresentar ao leitor as conceituações de forma literal, ou seja, faremos um diálogo entre os recortes dos principais autores que falam e contribuem para a discussão e pesquisas do assunto, além de uma crítica a estas formulações tendo em vista as contradições percebidas, tanto no que se referem às condições materiais ou do contexto sócio-histórico atual quanto às idéias que desenvolvem ou não nos referidos conceitos. As dúvidas e para, justamente, não deixar mais dúvidas serão dirimidas ao expormos as contradições destas explicações.

Recortaremos os conceitos e apresentaremos aqui esses recortes de forma a tentar deixar claro que apesar de serem apresentados aqui como 'recortes' sem o seu contexto geral, aquele que está desenvolvido nos livros, artigos ou pesquisas, eles, isoladamente, se auto manifestam como explicações conceituais. Essa constatação vem se apresentando já em pesquisas passadas (2002, 2008 e 2010), portanto, não seria uma constatação nova, mas consolida as encontradas anteriormente.

A primeira constatação encontrada no levantamento sobre os conceitos de lazer foi a imensa divergência deste assunto, categoricamente podemos afirmar que não existe uma unanimidade conceitual, aliás, essa conclusão é sempre expressa nos materiais publicados. Uma análise sobre este fenômeno é que não se pode pesquisar um assunto, ou torna-se muito difícil realizar pesquisa sobre o lazer, se não existe um conceito, ou uma abordagem teórica que dê conta das fundamentações ou das sustentações teóricas que possam ampliar ou explicitar tal problema. Vale dizer, como iremos pesquisar um assunto quando não se tem claro do que é que estamos falando?

A maneira que tratam este assunto também é diversa. Podemos até, antecipadamente a estas análises, afirmar que essa diversificação é quem cria a confusão, ou seja, isso sugere que um mesmo fenômeno pode apresentar tanta divergência de explicação. Assim, questionamos: nada poderia unificar ou criar uma unidade conceitual? De onde vem essa autonomia? Será que não existe um tratamento epistemológico equivocado sobre esta questão? Cientificamente falando, num mesmo fenômeno cabem várias interpretações? Qual seria a materialidade que sustenta a elaboração de uma idéia sobre lazer? Não estaríamos numa postura 'metafísica' de querer empurrar na realidade algo que nela não comporta? Isso seria possível por conta da nossa capacidade de abstração? Enfim, os questionamentos sobre essa primeira constatação são vários, assim, procuraremos desenvolver esta análise pontuando uma busca de respostas ao levar em consideração todas essas perguntas.

Vimos que alguns autores se referem ao contexto sócio – histórico considerando o trabalho como definidor desta relação, outros falam apenas que se discutir lazer é a mesma coisa de se discutir tempo livre, outros ainda relacionam a algum tipo de atividades num certo espaço, e ainda há os que sustentam suas abordagens nos sentimentos em geral, como por exemplo, o mais presente – o prazer.

3.1 LAZER, a fala da comunidade científica

Iniciaremos com, em nosso ponto de vista o principal, e mais citado autor Jofre Dumazedier (1973). Ele orienta a maioria dos estudos no Brasil e diz:

o lazer é um conjunto de ocupações às quais o indivíduo pode entregar-se de livre vontade, seja para repousar, seja para divertir-se, recrear-se e entreter-se, ou ainda, para desenvolver sua informação ou formação desinteressada, sua participação social voluntária ou sua livre capacidade criadora após livrar-se ou desembaraçar-se das obrigações profissionais, familiares e sociais (p.34).

Pudemos perceber o quão é dúbio este conceito, pois ao mesmo tempo em que aparenta dizer alguma coisa, é vago, pois sempre implica na idéia de algo muito amplo, de forma que parece caber tudo, até descansar, dormir. E, vejam bem, após

a pessoa se liberar de qualquer obrigação. O problema é que ao englobar o social, torna-se claro que o autor defende a idéia que os seres humanos podem e são capazes de viverem sem relação com o outro. A implicação que ele mais rejeita dessa posição é a negação do contexto histórico. E, se por um lado ele está advogando que existe liberdade de oportunidades também defende em seus pressupostos o estranhamento do trabalho. Assim ao considerarmos que, como diz Marx:

[...] o trabalho é um processo entre o homem e a natureza, um processo em que o homem, por sua própria ação, media, regula e controla seu metabolismo com a natureza. Ele mesmo se defronta com a matéria natural como uma força natural. Ele põe em movimento as forças naturais pertencentes à sua corporalidade, braços e pernas, cabeça e mão, a fim de apropriar-se da matéria natural numa forma útil para a sua própria vida. Ao atuar, por meio desse movimento, sobre a natureza externa a ele e ao modificá-la, ele modifica, ao mesmo tempo, sua própria natureza. (p.149)

Essas condições materiais que fizeram a produção desta nossa realidade, não podem ser dispensadas de uma forma tão simples. Melhor explicando, o trabalho como uma atividade inevitável impossibilita a sua eliminação por simples decisão teórica. Ora, sabemos que o trabalho é ao mesmo tempo, no momento atual de nossa história, o que pode nos liberar das necessidades, mas também pode nos aprisionar, é uma relação de várias vias, uma relação dialética. Nessa linha de pensamento Camargo (1989) define como qualquer atividade que não seja profissional ou doméstica:

um conjunto de atividades gratuitas, prazerosas, voluntárias e liberatórias, centradas em interesses culturais, físicos, manuais, intelectuais, artísticos e associativos, realizadas num tempo livre roubado ou conquistado historicamente sobre a jornada de trabalho profissional e doméstico e que interferem no desenvolvimento pessoal e social dos indivíduos. (p.97)

Ou seja, com outras palavras, pode ser qualquer atividade contanto que seja realizada em oposição à jornada de trabalho. Dessa forma, notamos em alguma parte das idéias apresentadas um ir além de Dumazedier, pois ao levar em consideração uma conquista histórica, que seria uma vitória do trabalhador, ao garantir algumas horas a mais em relação à sua jornada de trabalho, ele já

considera o contexto histórico como definidor da elaboração do lazer, porém sem fazer nenhuma distinção nas atividades que podem ser desenvolvidas.

Rolin (1989), à primeira vista parece situar a discussão de forma um pouco diferente do Dumazedier e do Camargo, pois procura entender o lazer numa perspectiva psicossocial, apresentando-o como um tempo livre empregado pelo indivíduo na sua realização pessoal, como um fim em si mesmo, vejamos: “o indivíduo se libera à vontade do cansaço, repousando; do aborrecimento, divertindo-se; da especialização funcional, desenvolvendo de forma intencional as capacidades de seu corpo e espírito”. Porém, parece bem próxima de Dumazedier, ou seja, com outras palavras diz algo semelhante. Assim, podemos observar nestas explicações, que cada uma, apesar de trazerem elementos semelhantes, também apresentam outros diferentes, deixando um ar de definição incompleta.

E para deixar mais confuso, outros tantos autores fazem isso, trazem elementos de um conceito, misturam com outros e surgem novas elaborações, que deixam ainda com uma clara sensação de que falta algo. Traremos outros conceitos, alguns mais amplos, outros nem tanto.

Magnani (1998) diz que “o tempo de lazer, entretanto, é chamado de tempo livre justamente porque nessas horas – apesar das limitações impostas pela pobreza – o trabalhador escolhe”. Assim, ele crítica e relaciona o lazer com um espaço e sentimento interno:

[...] ocupa uma parte mínima de tempo do trabalhador e não apresenta implicações políticas explícitas. Atividade marginal, instante de esquecimento das dificuldades cotidianas, lugar enfim de algum prazer – mas talvez por isso mesmo possa oferecer um ângulo inesperado para a compreensão de sua visão de mundo: é lá que os trabalhadores podem falar e ouvir sua própria língua. (p.30)

O instigante é que todos esses autores que influenciaram bastante toda a produção da década de oitenta majoritariamente estão ainda presentes em obras recentes.

Em obra mais recente Castellani Filho (2007) também se refere ao trabalho e acrescenta o tempo e o espaço: “assimilamos o conceito de *lazer* como “Fenômeno tipicamente moderno resultante das tensões entre capital e trabalho, que se

materializa como um tempo e espaço de vivências lúdicas, lugar de organização da cultura, perpassando por relações de hegemonia””. Como podemos perceber, ele também arrisca falar sobre as práticas feitas num espaço e tempo, e em outro momento faz uma crítica ao capitalismo:

[...] o entendimento de *lazer* como tempo e espaço ocupados pela indústria do entretenimento, a qual forja relações de mercado entre consumidores e mercadorias a serem consumidas mediante contratos sociais de compra e venda, favorecendo os segmentos de maior poder aquisitivo em detrimento daqueles dele desprovidos. (p.06)

Para nós a unidade da separação entre trabalho e lazer está na resultante do trabalho assalariado, ou seja, na produção da vida para o Capital. Recorreremos a Marx para explicar com mais propriedade o que estamos querendo situar.

A produção capitalista não é apenas reprodução da relação; na sua reprodução a uma escala cada vez maior e na mesma medida em que, com o modo de produção capitalista, se desenvolve a força produtiva social, cresce também perante o operário a riqueza acumulada, como riqueza que o domina, como capital; perante ele expande-se o mundo da riqueza como um mundo alheio e que o domina; e na mesma proporção se desenvolve a sua pobreza, a sua indigência e a sua sujeição subjetivas; O seu esvaziamento e essa plethora correspondem-se, vão a par. Ao mesmo tempo expande-se a massa desses meios vivos de produção do capital: o proletariado laborioso. Por conseguinte, o crescimento do capital e o aumento do proletariado apresentam-se como produtos concomitantes, embora polarmente opostos, do mesmo processo (p. 82).

Mascarenhas (2007) levanta um breve histórico da democracia até a era industrial, e segue fazendo uma crítica do uso do poder sobre o lazer: “as atividades de lazer configuram-se como uma importante estratégia de órgãos ou organismos voltados para o esporte, a cultura e a assistência social em todas as esferas do governo” (p.22). Podemos notar que esse autor também relaciona o lazer a atividades, bem como compara a forma dessas atividades como o sistema atual. Noutro trecho podemos observar isso com mais clareza quando ele concorda com outro autor (Sant’Anna, 1994) que diz:

Apostando na aquisição e no desenvolvimento de hábitos saudáveis de lazer entre a população, objetivava-se cultivar o espírito esportivo e competitivo, imprescindíveis ao aumento da produtividade e ao desenvolvimento industrial, estimulando o uso do tempo livre com eventos esportivos, sempre afirmando valores como sentimento cívico, a família, a comunidade, a vizinhança, a saúde, etc.(p.23)

Lazzarotti Filho (2007) levanta autores como Dumazedier e Marcelino, não chega a conceituar o “lazer”, mas fala sobre equipamentos para o lazer, talvez até confundindo-os com o que alguns outros autores chamam de espaço:

Os *equipamentos específicos* são aqueles especialmente concebidos para a prática de várias atividades de lazer, sendo eles os “microequipamentos especializados”, como o teatro e o cinema; “equipamentos médios”, como o centro comunitário, cultural ou esportivo; e os “macroequipamentos polivalentes”, como *camping*, colônia de férias e parques. Já os *equipamentos não-específicos* são aqueles concebidos para outras utilidades, mas que servem para as práticas do esporte e lazer da população brasileira, os bares os quais são pontos de encontros, lugares de convivência social, exposição de arte, lançamento de livros, exibição de vídeos musicais, as ruas como as tradicionais festas juninas e os jogos infantis, as escolas, onde se percebe um período de não utilização desse equipamento, principalmente, feriados e férias escolares. (p.117)

Oliveira (1986) faz um esforço de crítica e associa o tempo livre, condição para o exercício do lazer (Sousa, 2000) porém, ao levar não levar em consideração a produção da vida como um processo como nos explicou Marx acima citado, considera a possibilidade de se separar em instâncias distintas uma condição que, na verdade, é inseparável, a condição social de classe dos trabalhadores.:

O tempo, na sociedade capitalista, é dinheiro. Transforma-se em mais uma mercadoria adquirível no mercado de bens simbólicos. Ter tempo livre significa ter condições para consumi-lo. A primeira destas condições é, obviamente, ter tempo disponível, mas, no entanto, não é a única. Os mecanismos de reprodução da sociedade induzem a um consumo passivo de bens e à atomização das relações sociais, tentando restringi-las a conversas e encontros dentro do âmbito familiar ou pequeno grupo de amigos e parentes. Aparentemente, essas práticas significam livre opção individual, mas efetivamente não se poderia esperar que o consumo do lazer restituísse aos trabalhadores a liberdade que lhes foi expropriada na esfera produtiva. (p.12)

Marcellino (1986) faz uma crítica ao uso impróprio do termo lazer, mas não conduz a uma solução mais enfática, haja vista que a crítica não ultrapassa o ‘uso’ da palavra, ele também questiona esse uso por órgãos públicos em que se denominam de lazer:

deve-se observar que a incorporação do termo “lazer” ao vocabulário comum é relativamente recente e marcada por diferenças acentuadas quanto ao seu significado. O que se verifica, com maior frequência, é a simples associação com experiências individuais vivenciadas que, muitas vezes, implica na redução do

conceito a visões parciais, restritas aos conteúdos de determinadas atividades. Essa tendência restritiva, que pode ser constatada na linguagem popular pela simples observação assistemática, é alimentada pelos meios de comunicação de massas, na veiculação da programação de atividades, que se dá separadamente, sob verbetes de setores culturais consagrados, via de regra ligados ao esporte e à arte, e só mais recentemente, distinguindo o lazer, quase sempre associado a manifestações de massa, ao ar livre e de conteúdo recreativo. Nem mesmo na denominação de órgãos públicos a definição do campo abrangido pelo lazer fica evidenciada. A partir da década de setenta, incorporou-se o termo para denominar repartições de prestação de serviços públicos, geralmente associando-o restritivamente a setores culturais específicos. Não são poucas, principalmente no âmbito municipal, secretarias ou divisões de “Esporte e Lazer”, “Recreação e Lazer”, “Cultura e Lazer”. (p.16)

O autor ainda fala de como é tratado o lazer:

A primeira abordagem detectada verifica-se, sobretudo, na comparação entre o lazer e outras esferas da atividade humana, como trabalho, por exemplo, que resulta, não raro, em apoteoses ao lazer, numa atitude oposta à “mitificação” do trabalho, propondo o elogio do lazer, como finalidade da existência e ideal de felicidade. O lazer encarado desse ponto de vista enfatiza o fator de “compensação” de sua prática. Geralmente esta posição se refere à oposição que se verifica entre o trabalho nas sociedades modernas, caracterizado como alienado, mecânico, fragmentado e especializado, e a realização individual. Dentro desta postura, o lazer compensaria a insatisfação e a alienação do trabalho (p.17)

Cavalcanti (1986) é mais uma das autoras que faz a relação do lazer com o tempo livre:

A existência do lazer está diretamente relacionada à existência do tempo livre, porém não se reduz a este. O tempo livre e o lazer na atual sociedade têm inevitavelmente um caráter de classe: se o tempo livre está inserido na esfera das lutas políticas da classe trabalhadora, o lazer se coloca no âmbito da luta ideológica (p.24)

E acrescenta:

Para a sociedade capitalista, o tempo livre deve ser um tempo necessário para que se possa consumir mercadorias produzidas pelo sistema, tendo em vista, manter uma certa estabilidade na relação econômica da produção e do consumo. Nesse sentido, a ideologia burguesa tem um papel preponderante sobre a utilização do tempo livre pelo indivíduo (p.25)

Nesse sentido podemos perceber que esse consumo apesar de fazer parte da lógica da produção/reprodução do capital ganhou alguns matizes um pouco diferente

nos tempos atuais por conta da globalização da economia, situação essa que Marx já falava no Manifesto Comunista, ou seja, desde metade do século XIX:

Pela exploração do mercado mundial a burguesia imprime um caráter cosmopolita à produção e ao consumo em todos os países. Para desespero dos reacionários, retirou à indústria sua base nacional. As velhas indústrias nacionais foram destruídas e continuam a sê-lo diariamente. São suplantadas por novas indústrias, cuja introdução se torna uma questão vital para todas as nações civilizadas, indústrias que não empregam mais matérias-primas, e cujos produtos se consomem não só no próprio país, mas também em todas as partes do globo. No lugar das antigas necessidades, satisfeitas pelos produtos nacionais, nascem novas necessidades, que exigem para sua satisfação os produtos das regiões mais longínquas e dos climas mais diversos. No lugar do antigo isolamento de regiões e nações que se baseavam a si mesmas, desenvolve-se um intercambio universal, uma interdependência universal das nações (p. 79-80)

Percebemos em diversos autores uma aproximação com o trabalho, nas variadas discussões, porém, notamos que não tratam do trabalho assalariado, mas o trabalho como categoria geral. Lopes (1986) diz que lazer é um “tema extremamente controverso”, e é mais uma das autoras que relaciona o lazer com o trabalho: “É impossível falar de lazer se não passarmos pela questão do trabalho. Creio que sobre isso ninguém discorda. Não se deve entender, aqui, o trabalho enquanto oposição ao lazer, mas as condições de trabalho que permitem objetivar o lazer (p.33)” e é bem direta quando diz “o lazer é tomado como fetiche solucionador da neurose do trabalho. Esquecemos, entretanto, que, sendo produto da sociedade capitalista, só pode ser apanhado enquanto nela se constitui. O lazer também é mercadoria (p.34)”. Podemos notar que ela também considera o lazer parte do atual modo como se produz a vida, porém, dando independência ao lazer quando afirma que também é uma mercadoria. Vê a mercadoria como célula do capitalismo como bem explica Karl Marx no livro I, cap. I do Capital: constitui-se em algo separado da atividade do trabalho, seria uma objetivação, algo que pode ser negociado, portanto, não fica nenhuma pista de como seria o lazer como mercadoria. Existe uma confusão conceitual também nestas explicações.

Silva (1986) já não conceitua o “lazer”, ela apenas faz uma crítica ao capitalismo e as pessoas que vivem nesse modo de produzir a vida, dizendo que o “lazer” não necessariamente precisa ter gasto financeiro para ser “lazer”:

Nesse contexto, o homem se põe a buscar sua felicidade, preocupando-se, porém, com a manutenção de seu status como premissa para aquela. Não se preocupa em buscar coisas simples e gratuitas; não se preocupa em recuperar a posse de si mesmo. Nem pode. Isolado, o homem não tem qualquer possibilidade em face de sociedade capitalista, posto que caiu no risco de ser coisificado e foi submetido aos ditames da lei de mercado. Contudo, ao integrar-se num grupo, renunciou à liberdade pessoal em favor da atividade coletiva, tão controlável quanto a primeira. (p.59)

Gaelzer (1986), apesar de não dizer exatamente o que é “lazer”, mas é uma das que aproxima as explicações com mais unidade entre trabalho e lazer:

O tempo livre, portanto é uma imposição do progresso tecnológico e uma conquista no mundo do trabalho. O trabalho é, portanto, o antônimo de tempo livre, mas não de lazer. Lazer e trabalho não estão em oposição; devem servir um ao outro e serem complementos e necessidades na vida do homem. Entretanto, o lazer e o tempo livre vivem em situações diferentes, enquanto o lazer e trabalho também propõem dimensões distintas. Costuma-se pensar que lazer e tempo livre são a mesma coisa, mas todo mundo pode ter tempo livre e nem todos podem ter lazer. (p.49)

Ela ao fazer uma citação própria, de sete anos antes, Gaelzer (1986) tenta dizer o que é lazer, e acaba se aproximando dos autores que dizem que lazer é uma atividade ou sentimento, mas ela não afirma, ela apenas associa e defende que seria uma questão de atitude, ou seja, seria um problema pessoal e sem influências sociais, mas uma exposição interior, uma questão de intimidade própria - uma visão individualista - como a liberal burguesa.

O tempo livre é uma idéia de democracia realizável. O lazer não é por todos realizável por tratar-se de uma **atitude** e não só de uma idéia. O tempo livre se refere a uma forma de calcular uma determinada classe de tempo. O lazer é uma forma de ser, uma condição humana que todos desejam e poucos alcançam. O lazer é um estado mental ativo, associado a uma situação de liberdade, de encontro, de habilidade e de prazer. Lazer é a harmonia individual entre a atitude, a disponibilidade de si mesmo e o desenvolvimento integral. (p.50)

Em síntese, Gaelzer (1986. p.50) diz que “o lazer propõe a esfera da liberdade, o indivíduo sai da rotina dominante do mundo do trabalho e se encontra dono do seu tempo”. Confirmamos mais uma vez o caráter individualista e autônomo em relação às condições materiais da vida. A pessoa é livre para fazer o que quer, só não diz como ela conseguirá as condições adequadas para ‘realizar’ ou para ter estas atitudes.

Ao ler o livro de outro autor, notamos no início que ele parece fazer uma confusão com o lazer e ócio, e de certa forma faz, mas ele tenta se explicar. Ribeiro Junior (1986) sugere que o lazer é uma atividade exaustiva, e diz que o ócio sim pode ser considerado um descanso pleno. Talvez fique mais fácil de entender ao ler suas palavras:

O rico sentido do ócio da antiguidade clássica já não existe na vida moderna. (Os gregos e os romanos não apreciavam o trabalho como positividade, mas o sentiam como negatividade). O homem já não descansa quando pratica o lazer; ao mais das vezes, ele exerce atividade física e mental muito maior do que durante todo o ano de trabalho. Em vez do ócio, ele pratica esportes, alimenta-se de leituras, dedica-se ao turismo, se perde em inúmeros afazeres cansativos. Em suma, o homem no lazer não deixa seus hábitos de trabalho. Trabalha repousando: repousa trabalhando. (p. 39)

Apesar de entender o sentido que ele propôs, ele usa a palavra ócio erroneamente, pois ócio só acontecia quando existia a escravidão, pois a classe ociosa que era formada pelos nobres, o clero, os artistas, os filósofos, enfim, não eram os que ‘trabalhavam’, pois quem trabalhava eram os escravos, por isso que existe ainda essa influência de que o trabalho ‘braçal’ é uma coisa menor. Havia uma separação muito clara entre trabalho intelectual e braçal. Talvez este autor não siga as explicações apresentadas por Jofre Dumazedier e ao tentar considerar as atividades práticas ou até corporais ele está é dando continuidade à separação entre a atividade intelectual ou de desenvolvimento do espírito e que como na sociedade antiga esta separação era de fácil percepção ele confunde lazer com as explicações do ócio. É bom que se frise também que o ócio como categoria que é explicada na materialidade da sociedade antiga, não seria mais possível existir no mundo de hoje, do capitalismo em sua fase imperialista.

Podemos notar que pouca coisa muda na maioria dos autores. Alguns relacionam o “lazer” ao trabalho, atividades, tempo livre, ócio, sentimento, etc, outros relacionam com mais que um desses itens acima. Mesmo lendo todos esses conceitos, ainda não conseguimos ter uma explicação precisa sobre o que é lazer. Talvez isso se deva por ser algo inexplicável mesmo, mas se procuramos sua origem pela via da palavra veremos algumas questões bem instigantes.

3.2 Etimologia da palavra “lazer”

Usaremos de base Marinho (2005. p.95), que trata de diversas formas as “raízes” do lazer, incluindo a etimologia, pois elas se enquadram dentro da história de algumas regiões do mundo. Vejamos o Lazer e algumas de suas derivações:

Do Latim → *licére*, que significa lícito, ser permitido;

Do Inglês → *leisure*, que significa o tempo que fica disponível depois das ocupações usuais;

Do Francês → *loisir*, tem o mesmo significado que em inglês; seria algo eu se faz depois do trabalho.

É importante que se diga que no espanhol e no italiano não se encontra essa palavra, por isso, no primeiro chamam de ócio e na Itália de *ozio*.

As pessoas costumam confundir “lazer” com a palavra “ócio”, que na sua origem do latim *otium*, significa fora do negócio - *negotium*. Com outras palavras, ócio como explica uma realidade da sociedade antiga, justamente quem fazia negócios naquele mundo vivia no mundo do trabalho e quem não participava dos ‘negócios’ era uma classe de pessoas com mais privilégios econômicos.

Para diferenciar, podemos usar os romanos de exemplo, que quando se “aposentavam” diziam que tinha direito ao *otiumcum dignatato*. Ou seja, seria uma palavra contrária ao lazer, pois no ócio, a pessoa não trabalharia mais, e o lazer seria algo próprio de quem trabalha, segundo Marinho (2005).

3.3 Lazer e a questão da jornada de trabalho

Pode-se dizer que um marco para o “lazer” foi a revolução industrial, onde os trabalhadores trabalhavam grande parte do dia, do amanhecer até o entardecer, chegando à 15h por dia de trabalho.

Com o passar dos anos, em diversas regiões do mundo os trabalhadores foram lutando para diminuir o tempo de trabalho. Então algumas frases ficaram conhecidas, como na Inglaterra, onde segundo Marinho (2005. p.96) os mineiros cantavam: “*Eigth hours to work, Eigth hours to work play, Eigth hours to work to sleep, Eigth shillings a day*”. Há relatos que dizem que os monges beneditinos, no

século VI, eram disciplinados e passavam oito horas dormindo, oito horas rezando e oito horas de trabalhos braçais na agricultura. No mundo moderno, capitalista, inicialmente na Inglaterra, por meio da luta de trabalhadores, principalmente os mineiros, estabeleceu-se oito horas de jornada de trabalho, sendo que só meia jornada aos sábados, sendo chamada então de “semana inglesa”, que também garantia férias anuais. E feriados, de cunho religioso.

Fazendo um exercício de simplificação a procura de um “momento para si” dos trabalhadores, talvez, seja explicada pela perda da liberdade. Antigamente o camponês neolítico plantava e caçava para si, ou seja, só trabalhavam até suprir suas necessidades, mais adiante os artesãos, criavam algo por prazer e dominavam tudo que estava envolvido a esse objeto. As necessidades eram pequenas. Com o escambo e mais tarde o dinheiro, surgiu o interesse em produções em larga escala, no acumular e quando começaram a criar as máquinas e com a abertura das fábricas, numa produção de maior escala, os trabalhadores passaram a deixar de conhecer todo o processo do produto, pois a função do trabalhador passa a ser comparado com uma mera peça de maquinário e só tinha que render sempre mais. Vale lembrar que a jornada de trabalho sempre foi desproporcional ao salário.

Aranha (1986) sintetiza:

o capital acumulado permite a compra de matérias-primas e de máquinas, o que faz com que muitas famílias que desenvolviam o trabalho doméstico nas antigas corporações e manufaturas, tenham de dispor de seus antigos instrumentos de trabalho e, para sobreviver, se vejam obrigadas a vender sua força de trabalho em troca de um salário. O aumento do volume de produção altera o panorama, aparecendo os primeiros barracões das futuras fábricas, onde os trabalhadores serão submetidos à divisão do trabalho, a um ritmo e a horários preestabelecidos. O fruto do seu trabalho não lhes pertence e a produção é vendida pelo empresário, que fica com os lucros (p.57)

Ao falarmos do “trabalho”, é interessante observar sua etimologia, que segundo Aranha (1986), “o vocábulo vem do latino *tripaliare*, do substantivo *tripalium*, que é um aparelho de tortura, formado por três paus, ao qual eram atados os condenados”. Isso pode ser comparado com as condições subumanas que podemos encontrar até hoje, porém era mais presente no século XIX, como Aranha (1986) descreve:

Extensas jornadas de trabalho, dezesseis a dezoito horas, sem direito a férias, sem garantia para a velhice, doença e invalidez; arregimentação de crianças e mulheres, mão-de-obra mais barata; condições insalubres de trabalho, em locais mal iluminados e sem higiene; mal pagos, os trabalhadores também viviam mal alojados e em promiscuidade (p. 57)

A partir desse momento, notamos que o humano se torna facilmente alienados ao trabalho. Marx, citado por Aranha (1986. p.59) diz que: O conceito supremo de toda concepção humanista está em que o homem deve trabalhar *para si* – não entender isto como trabalho sem compromisso com os outros –, deve trabalhar para fazer-se a si mesmo homem. O trabalho alienado o desumaniza.

A atual organização das relações de trabalho regidas por algumas leis dão direito ao trabalhador ter um tempo de não-trabalho. Segundo Marinho (2005. p.105) a CLT (Consolidação das Leis do Trabalho) propõe:

- período mínimo de trabalho – art. 66;
- repouso semanal – art. 66 a 69;
- feriados – art. 70;
- intervalo para repouso e alimentação – art.71;
- férias – art.129 a 153;
- licença para gestante – art. 392;
- seguro-doença ou auxílio-enfermidade – art. 476.

As leis trabalhistas no Brasil começaram na década de 40 do século XX, na “Era Vargas”. Hoje temos mais leis para o trabalhador, mas a questão é: Todos sabem de seus direitos? Dos que sabem, já repararam o tempo que lhes sobra no restante do dia? Essas questões são difíceis de responder, mas poderemos ter uma prévia dessa ultima questão nas entrevistas semi-estruturadas realizadas.

3.4 Lazer e o não- trabalho

Ao entendermos que a idéia do “lazer” começou devido ao trabalho alienado, ou seja, parece ser uma conseqüência de uma atividade imprópria para os seres humanos, haja vista que sempre que se quer explicar sobre o lazer, toda a conotação é de ser sempre ‘coisas agradáveis’, tudo indica que se sempre está em oposição ao trabalho, numa relação ou em posição oposta ou de unidade, e com isso lazer será a coisa ‘boa’, é porque existe a outra coisa oposta ‘ruim’. Mas, porque é necessário se submeter uma atividade tão prejudicial ao ser humano e ninguém se dispõem a transformá-lo? O trabalho não liberta? O que estaria escondido nesta situação?

Sabe-se que foi com a luta dos trabalhadores que se conquistou uma redução da jornada de trabalho. Marinho (2005. p.99) chega a diferenciar o tempo que os trabalhadores têm dentro e oposto ao da jornada de trabalho: o tempo liberado do tempo livre. O primeiro significa um intervalo dentro do trabalho, como por exemplo, a pausa para o almoço, já o segundo significaria o tempo oposto ao horário do trabalho, o que alguns autores chegam a chamar de “lazer”. Levando em conta essa diferenciação, discutiremos a relação do “lazer” com o tempo liberado.

A proposta da lei de férias, intervalo para repouso e alimentação dentro do trabalho (tempo liberado), feriados e repouso semanal não necessariamente são tão simples assim para os trabalhadores, que muitas vezes tem que driblar vários problemas no seu dia-dia. Camargo (1989. p.49) levanta que os operários brasileiros gastam 59 horas por semana entre trabalho e transporte e pessoas que trabalham em escritório e no setor terciário em média 55 horas semanais, o que deixa o “tempo de lazer” prejudicado, variando entre 27 e 30 horas por semana. Ainda esse autor afirma que essas horas não acontecem da forma como habitualmente se supõe:

A explicação reside nas variações de outros itens de consumo de tempo, notadamente, das obrigações familiares e dos cuidados pessoais (alimentação, higiene e sono). Ou seja, quando se trabalha muito, tende-se a sacrificar mais o tempo gasto com compras, limpeza da casa, cuidado com os filhos, para manter a qualquer preço o tempo de lazer. (p.49)

Em outras palavras, é comum encontrar trabalhadores que moram longe do seu trabalho, sendo assim depende de transporte, seja ele público ou não, e como

numa cidade não se tem apenas um habitante, é comum encontrar filas no trânsito, o que não é planejado pelas empresas ou leis. Se levarmos em conta uma semana inglesa, um trabalhador trabalha 8 horas de segunda-feira à sexta-feira e tem uma média de sono de 8 horas. Esse trabalhador perde às vezes uma hora para ir para o trabalho e outra para voltar, lhes restando 6 horas do seu dia, que ele tem que dividir em: cuidar de si e da sua família, fazer compras para se alimentar, pegar e levar filho para escola, higiene, etc., o que muitas vezes lhe consome o restante do dia. E no final de semana, quando o trabalhador pensa em algo para compensar sua semana exaustiva, o horário de ônibus é reduzido pela metade e/ou o local que deseja ir se encontra fechado. Nesse ponto notamos como o trabalhador está alienado, pois trabalha para poder conseguir realizar as demais atividades por necessidade delas, como comer, educar os filhos, etc. e quando pensa no chamado “lazer” o dia acabou, e no final de semana se o trabalhador depende do transporte público, o tem deficiente. Enfim, na prática tudo parece uma falácia.

Dessa forma, não podemos dizer que tempo livre é a mesma coisa que lazer, pois os trabalhadores acabam tendo outras obrigações fora do trabalho e não é possível quem trabalha sair da subordinação de sua vida ao capital. Sendo assim, poderemos considerar que essa coisa chamada “lazer” não é o tempo livre das obrigações. Ao relacionarmos à história com o significado etimológico do “lazer”, notamos certa semelhança, pois acaba se chegando no sentido “de ser permitido”, “tempo disponível adquirido depois das ocupações usuais”, ou seja, é na história das condições da produção da vida, socialmente que encontramos a origem da palavra, o sentido dessa palavra, mas de forma encoberta.

3.5 Lazer e algumas de suas práticas

Ao nos perguntarmos o que pode ser feito no nosso tempo livre do trabalho, podemos concluir que esse tempo mesmo não sendo livre pode se fazer qualquer coisa e por isso seria considerado o “lazer”.

Sendo assim, ao falarmos que “lazer” é uma atividade, sentimento, etc, pode se considerar um erro, pois o tempo livre do trabalho não é só isso, **pode ser** isso, mas não existe uma obrigatoriedade de que seja uma atividade, que gere prazer,

nos faça esquecer os problemas, etc. Então a palavra correta para se dizer é que estamos “praticando” algo, pois qualquer coisa que estivermos fazendo pode ser considerada uma prática, ao contrário dos exemplos acima.

3.6 Lazer e espaços

Faz parte do tempo livre do trabalho estar em um local, desta maneira sempre que alguém está no seu momento de “lazer”, está em algum lugar.

A discussão do espaço em que a pessoa se encontra no seu *tempo livre do trabalho* (Sousa, 2002), é complexa pelo fato das condições materiais que sustentam o modo de produção capitalista em que nos encontramos incentiva a população por seus diversos meios e principalmente pelos meios de comunicação de massa a ir a lugares privados e como consequência gerar gasto de dinheiro, ou seja, é sempre incentivado e tratado como natural e não historicamente condicionado as atividades de mero ‘consumo’.

Como podemos perceber no nosso dia-dia, não é todo mundo que pode estar gastando dinheiro para se ter um agradável tempo livre de trabalho em lugares privados ou que se disponha de produtos para o consumo, dessa forma acaba restando à própria residência e espaços públicos para aproveitar de alguma maneira esse momento.

Ao pensar no curto período de tempo que sobra do trabalho e obrigações, notamos a importância de um espaço-público nas proximidades das residências. Segundo Camargo (1989):

Internacionalmente, o que mais se recomenda hoje é a expansão de áreas livres (mais do que áreas verdes propriamente ditas) procure beneficiar o conjunto da vida urbana; que toda residência disponha, à distância de no máximo 200 metros, de uma praça ou parque para crianças e idosos; que a, no máximo 2000 metros de suas residências os habitantes dispunham de uma área maior para o lazer de fim de semana dos habitantes. (p.66)

Pensando dessa forma, nos questionamos se isso é existente na cidade de Florianópolis, ou então nessas regiões que visitamos. Para isso, não utilizaremos a

matemática devido à restrição de dados encontrados, logo apresentaremos as respostas vindo de moradores das cidades que frequentam esses espaços.

3.7 E o Plano Diretor, fala sobre o lazer?

O objetivo do Projeto do Plano Diretor da cidade de Florianópolis traz a palavra “lazer” e aparece como algo a ser assegurado pela Prefeitura. Também acrescentam que tem como meta implantar programas de ampliação do “lazer” e aprimoramento deste, adicionando qualidade do atendimento quanto à infraestrutura, áreas, equipamentos e instalações.

Na estratégia do plano a palavra aparece dentro das Áreas Verdes de Lazer, que estão nos artigos 74, 75 e 76, onde sugerem o lazer como uma atividade, e dividem esse tipo de Área Verde em locais, como é apresentado no artigo 76: playground, jardim, praça, parque de bairro, parque urbano e parque metropolitano.

Em grande parte do Projeto do Plano Diretor o “lazer” simplesmente está lá, pois quase não se justificam quando mencionam essa palavra. Em diversos trechos, o “lazer” é relacionado diretamente ao espaço público, em outros é relacionado a “atividades” que se faz nesse espaço ou equipamentos (infra-estrutura) e o que também se percebe é que muitas vezes vem acompanhada da palavra “esporte” e/ou “recreação” e/ou “turismo”. Ou seja, se referem à palavra sem explicá-la, relacionando com algo que precise de um espaço físico e que tenha uma prática, seja ela uma atividade, esporte ou turismo.

3.8 Sobre o seu tempo de trabalho, o que pensam os entrevistados

Ao perguntarmos a relação do seu tempo de trabalho com o seu tempo livre do trabalho (se acham que falta este último ou não), seis pessoas consideram que tem tempo livre suficiente, três conseguem conciliar (dão um jeito de conseguir) e quatro dizem que não sobra tempo.

É interessante notar, que de todos os entrevistados, três eram autônomos, e cada um teve uma resposta diferente com relação ao seu tempo livre do trabalho.

Essa questão se torna importante, quando se leva em questão a história, pois ao dizerem que falta tempo livre do trabalho, eles ficam em uma situação desconfortável e até mesmo semelhante a da revolução industrial com relação à alienação, já comentada anteriormente. Porém, quando se fala que consideram que tem tempo livre suficiente, possivelmente essas pessoas têm o benefício da lei do trabalhador. Já as que têm que se esforçar para ter um tempo para si, pode ter dificuldades, como por exemplo, a distância do trabalho até a sua casa ser longa, obrigações domésticas e familiares, entre outras.

4.0 Espaço público, da história à realidade

“Espaço” é uma palavra que tem um significado diferente em cada área estudada. Tomaremos como base que “espaço” é todo e qualquer intervalo entre limites, ou seja, tem uma área, dessa forma, podemos considerar que tenha um comprimento, largura e altura. Já a palavra “público” significa algo que pertence ao povo, assim, podemos concluir que o espaço público é uma área pertencente ao povo.

Ainda sobre o espaço, é interessante notar o que Santos *apud* Silva (2009) fala sobre o assunto. Ele diz que espaço pode ser entendido como uma “acumulação desigual dos tempos”, e em outro momento acrescenta “o espaço reúne a materialidade e a vida que as anima”. Essas duas frases, talvez possam ser explicadas por Andrade *apud* Silva (2009): “(...)espaço (...) reúne relações sociais que proporcionam transformações de várias ordens, ao longo de um determinado tempo histórico, e possui um caráter multidimensional, ou seja, agrupa aspectos culturais, religiosos, políticos e sócio-econômicos”.

Dessa forma, consideraremos que o espaço público, tem essas características do espaço, sendo um lugar histórico, com caráter multidimensional. Ainda na mesma linha, Ribeiro *apud* Silva, faz um comentário sobre o Milton Santos (grande estudioso do “espaço”), que mostra a importância do espaço e quem transforma o espaço:

Quando Santos olhava para o espaço geográfico, ele via o Homem alienado, explorado e submetido a um sistema que a tudo deseja transformar em mercadoria. Mas simultaneamente, esse mesmo Homem, sendo um se dotado da capacidade de ação, de práxis, poderia fazer com que este mesmo espaço deixasse de ser sua prisão e passasse a ser sua casa. (p.53)

A partir desses recortes, podemos notar que o espaço é mutável de acordo com o Homem. No nosso ver, o espaço público também pode ser visto dessa forma, pois faz parte de um sistema criado pelo Homem.

4.1 Histórico: Espaço público

Ao pensarmos em como o espaço público surgiu, lembramos direto da Antiga Grécia, na época da democracia. Ao refletirmos, notamos que essa é uma das primeiras, mas não se pode afirmar que ela é a primeira, pois antes disso, havia outras formas de contato do povo (sociabilidade), e provavelmente esse contato ocorria em algum lugar em comum de alguma comunidade. Outro fato que nos leva a crer que tenha existido um espaço público é na época que não existia moeda, onde havia lugares para o escambo. Isso são hipóteses, pois não encontramos algo afirmando isso. Sendo assim, pudemos notar que o início de um modelo societal poderá ser considerado como um marco do espaço público.

No século V a.C. a Grécia não era um país unificado, esta se compunha de cidades independentes. O poder ficava oculto aos súditos, dentro dos palácios e passou para as praças públicas, *tó mésson* (o meio), centro da aglomeração urbana, adquirindo certa transparência, que veio a ser chamado de democracia (*demos*, povo; *kratos*, poder), significando o poder do povo. Antes desse regime, havia outros dois: a monarquia, que era o poder de um só (*mono*, um; *arquia*, no caso) e a aristocracia que era o poder dos melhores (*aristoi*, excelente).

A democracia é o regime do povo comum em que todos são iguais, e assim como em Atenas, o povo exercia o poder nas praças públicas em outras cidades democráticas. Segundo Ribeiro (2001), a lei ateniense do século 4 a.C., fixava 40 reuniões ordinárias por ano na *ágora*, que é palavra grega para a praça de decisões. Isso significa que havia uma assembléia a cada nove dias.

A *ágora* era a praça principal da cidade grega na Antigüidade Clássica. Era um espaço livre de edificações, configurada pela presença de mercado e feiras livres em seus limites, assim como edifícios de caráter público. Reuniam-se na praça

pública formando a Eclésia (Assembléia política) para ouvir os demagogos (orientadores do povo).

Comparando a democracia antiga e a moderna, Ribeiro (2011) afirma que “hoje elegemos quem decidirá por nós. Mesmo em cidades pequenas, delegamos por vários anos as decisões ao prefeito e aos vereadores. Os gregos, não. Eles iam à praça discutir as questões que interessavam a todos”. “A assembléia em Atenas reunia poucos milhares de homens, e sua democracia durou apenas alguns séculos. Regimes democráticos só voltaram à cena em fins do século XVIII: mais de dois mil anos depois. No entanto, parece que nada jamais se igualará a Atenas”.

4.1.1 No Brasil

Como vimos acima, o espaço urbano mais importante na era greco-romana (idade antiga) era a praça, o que ocorre também com as primeiras cidades coloniais brasileiras (ainda no sistema das capitanias hereditárias). Isso rompeu a estrutura dos índios, bem como as cidades jesuítas, que colocavam no centro da praça um cruzeiro e construíam uma igreja, ou seja, tanto os portugueses quanto os jesuítas, usavam essa forma de centralizar as pessoas. A imposição dessas formas sobre a dos índios, funcionaram como mecanismos de domínio, o que não aconteceu com a América espanhola, onde o crescimento das cidades ocorreu de forma desordenada, desfavorecendo a implantação de espaços públicos coletivos.

Com as transformações devido à chegada da Corte, o Rio de Janeiro chegou a ser o centro político da nação. A cidade cresceu e o advento da República determinou outro tipo de organização espacial. Surgiram então, várias praças que alojavam o poder municipal, o palácio do governador, a igreja e as “atividades de lazer”.

As cidades foram crescendo cada vez mais e na modernidade, as pessoas foram perdendo os espaços de lazer e a convivência espacial para se confinarem em bares, cafés, *shoppings*, deixando de lado o convívio nos locais públicos, que perde a força como espaço simbólico. Os espaços de praça passam a ser um

simples espaço de circulação, como calçadas, dificultando assim a sua apropriação para atividades ditas de lazer ou cívicas.

Segundo Caldeira (2007. p.11):

No modernismo, a praça tem grande dimensão morfológica, mas se transforma em um espaço vazio, desarticulado do cotidiano urbano, o que a faz deserta e apenas ocupada de situações muito particulares. Já a praça contemporânea, a praça de hoje, tem preocupação de recuperar o sentido de urbanidade, depois das críticas que se fizeram à cidade modernista. Nela busca-se resgatar, com certa nostalgia, os espaços das praças históricas, de modo a recuperar-lhe o sentimento de pertencimento.

Gomes (2007. p.102), diz que falar de praça como um espaço público, é reconhecê-la como uma categoria entre diversos espaços livres urbanos, como parques, áreas verdes e de lazer e, ao mesmo tempo, reafirmá-la como espaço ancestral, onde, mesclam-se usos e grupos sociais diferenciados. No entanto Robba e Macedo (2002), citados por Gomes (2007. p.103), conceituam como: espaços livres urbanos destinados ao lazer e ao convívio da população, acessíveis aos cidadãos e livres de veículos. Já para Casé (2000), também citado por Gomes (2007. p.103) é a síntese da cultura urbana de uma comunidade e se constitui num legado pleno de ensinamentos, onde “a importância de uma cidade, avaliada pela sua dimensão social e humana, é proporcional aos atributos urbanos de suas praças e aos predicados arquitetônicos das edificações que a delimitam”

No Brasil, as igrejas atraíram as praças, tornando-as assim os primeiros espaços públicos urbanos. Assim como as igrejas atraíram as praças, estas atraíram as residências das principais classes, os prédios mais importantes e o principal comércio. Além de servir de elo com a paróquia, virou um local de convivência.

As praças no Brasil tiveram vários papéis distintos na sociedade, entre eles civis e militares. Segundo Gomes (2007. p.105), Zucker (1959) classificou as praças assim: medievais, como praças de mercado (destinadas à atividades comerciais), praças no portal da cidade (que constituíam áreas de passagem e distribuição de tráfego), praças como centro da cidade (implantadas em comunidades novas), adros

de igrejas (destinadas às atividades religiosas) e praças agrupadas (compostas por espaços de conexão entre praças de mercado e adros de igrejas).

Já Robba e Macedo *apud* Gomes (2007. p.112) classificam as praças da seguinte maneira: praça-jardim: espaços nos quais a contemplação da formação vegetal e a circulação são priorizadas; praça seca: largos históricos ou espaços que suportam intensa circulação de pedestres; praça azul: praças nas quais a água possui um papel fundamental; e praça amarela: praias em geral.

Elementos que costumam ser encontrados nas praças de diversos estilos e em torno delas: bancos, bancas, coreto, fontes, lixeiras, mesa para jogos e/ou piquenique, playground, quadras, mirantes, bustos/monumentos/esculturas, pontos de ônibus/táxi, posto policial, lojas comerciais, palco, anfiteatro, Igreja, equipamentos para ginástica, pista de *Cooper*, arquibancada, lanchonete, campo de malha/bocha, lago, sanitários, bebedouros, espaços temáticos, viadutos, acesso a metrô, etc., e atividades a que se destinam, tais como contemplação, esportes, recreação infantil, circulação, feiras, eventos culturais, religiosos ou políticos/cívicos, comércio e serviços.

4.1.2 A cidade de Florianópolis

Os primeiros habitantes de Florianópolis foram os índios tupis-guaranis. No início do século XVI, a coroa portuguesa criou o Tratado de Tordesilhas, que incluía a futura cidade, então em 1662, o bandeirante “vicentista” Francisco Dias Velho fundou a povoação, denominada, Nossa Senhora do Desterro. Quando Portugal fundou a Colônia de Sacramento, em 1680, as atenções para o litoral sul aumentaram, com isso, houve uma necessidade de um primeiro governante. Sendo assim, Brigadeiro José Silva Paes foi escolhido para administrar a Capitania da Ilha de Santa Catarina em 1738.

No governo de Silva Paes foram construídas as Fortalezas, o Palácio Cruz e Sousa (que foi sede do governo por quase 200 anos) e foi aumentada a população,

que era de apenas 147 brancos em 1712. Porém o pedido de Paes só chegou em 1748, com a vinda de açorianos e madeirenses para colonizar Desterro.

No século XIX, Desterro foi elevada à categoria de cidade, e tornou a Capital da Província de Santa Catarina em 1823. Com isso, projetou-se a construção de edifícios públicos e a melhoria do porto, já que o Imperador Dom Pedro II estaria para chegar à cidade em 1845.

O marco inicial da cidade de Florianópolis também seguiu a estrutura greco-romana: em torno da Praça XV de Novembro (criada em 1662 por Francisco Dias Velho, para se ter o título da terra), foi providenciada a construção de uma Igreja (hoje a catedral metropolitana). Anos mais tarde foi criado o primeiro prédio público da antiga Desterro, que foi o Palácio Cruz e Sousa.

Sendo a mais antiga da cidade, a Praça XV de Novembro ajudou o centro da cidade a se desenvolver, pois em torno dela, foram criadas várias ruas: João Pinto, Tiradentes, Víctor Meirelles, Fernando Machado, Anita Garibaldi, Saldanha Marinho, Nunes Machado, Antônio Luz, Travessa Ratcliff, Francisco Tolentino, Conselheiro Mafra, Felipe Schmidt, Trajano, Deodoro, Jerônimo Coelho, Sete de Setembro, Álvaro de Carvalho, Pedro Ivo e Padre Roma. Além disso, a praça acabou se tornando um local de homenagens com a criação do Monumento em Honra aos Heróis Mortos na Guerra do Paraguai e de bustos de catarinenses famosos como Cruz e Sousa (poeta); Víctor Meirelles (pintor); José Boiteux (historiador); e Jerônimo Coelho (fundador da imprensa no Estado).

4.2 IPUF, o que falam sobre o espaço público?

Ao entendermos como foi a formação inicial da cidade, damos um salto até hoje. Na pesquisa realizada por Baranenko e Moritz (2009), foram encontrados os seguintes dados sobre a cidade no site da Prefeitura Municipal de Florianópolis (PMF):

Florianópolis possui 73 praças de diversos tamanhos. 25 se encontram no centro da cidade. Algumas possuem uma ampla área de lazer e podem ser consideradas como

praça-jardim e/ou praça seca, seguindo a classificação de Robba e Macedo (2002). Além disso, existem 14 parques públicos na cidade, que podemos considerar como praça-jardim e/ou praça azul e 6 largos como praça seca. Somando as áreas das praças, parques e largos, estima-se que o espaço total é de 567.872 m² destinados ao lazer. Isso sem contar com as praças amarelas, que somam 100 praias e 9 lagunas (p.03)

Esses dados não continham a data de publicação, mas havia uma nota indicando ser do mandato da ex-prefeita Ângela Amin, que saiu do cargo em 2004, ou seja, esses dados foram registrados até essa data. Levo em consideração isso, pois os dados hoje não estão mais disponíveis no site da PMF e ao ir atrás de novos dados no IPUF (24 de março de 2011), encontramos apenas dados de 1998, que eram semelhantes ao anterior, porém o encontrado no site tem mais itens do que o documento impresso.

No IPUF, apontaram: um livro “Levantamento Florianópolis: áreas verdes de uso público”, um “Guia Digital de Florianópolis” e o “Plano Diretor” (um só com as leis e o outro só com o mapeamento da cidade). Neste último, apontaram o Artigo 69 do Plano Diretor que mostra um dado importante, porém, com uma nomenclatura diferente da buscada:

Áreas Verdes (AV) são os espaços urbanos ao ar livre, de uso público ou privado, que se destinam à criação ou à preservação da cobertura vegetal, à prática de atividades de lazer e recreação, e à proteção ou ornamentação de obras viárias, subdividindo-se em: I - Áreas Verdes de Lazer (AVL); II - Áreas Verdes do Sistema Viário (AVV); III - Áreas Verdes de Uso Privado (AVP).

Como eles afirmaram não ter mais nada com relação a espaço-público, pedi uma cópia do “Levantamento Florianópolis: áreas verdes de uso público” e do “Guia Digital de Florianópolis”. Já o Plano Diretor, consegui uma cópia do projeto *on-line*.

Ao dispor desse documento conseguido no o *site* da Prefeitura/IPUF e assim analisar, procurou-se uma explicação mais detalhada do item apontado e foram encontrados esses artigos:

Art. 74 - A definição de Áreas Verdes de Lazer obedece a critérios de localização como a existência de cobertura vegetal, o uso público consagrado, ou a proximidade de equipamentos comunitários e dos elementos hídricos.

Art. 75 - Entende-se por Áreas Verdes de Lazer (AVL) as áreas destinadas a atividades de lazer e esporte de domínio público ou privado.

Art. 76 - As Áreas Verdes de Lazer (AVL), quanto à espécie e destinação, serão classificadas nos tipos que se seguem: I - Playground; II - Jardim; III - Praça; IV - Parque de Bairro; V - Parque Urbano; VI - Parque Metropolitano.

Com esses artigos notamos que a prefeitura tem nomenclaturas diferenciadas para cada tipo de área, dependendo de seus elementos e função. A partir daí, seguimos analisando o plano diretor.

4.3 E o Plano Diretor?

Antes de prosseguir e verificar o que diz no Plano Diretor sobre os espaços-públicos, percebe-se necessidade de esclarecer o que é o Plano Diretor e quais seus objetivos (voltados para o espaço-público e lazer). Isso pode ser encontrado no capítulo II do documento:

Art.3º. O Plano Diretor de Desenvolvimento Sustentável de Florianópolis - PDDSF tem como objetivos o pleno desenvolvimento das funções sociais, econômicas e ambientais da cidade e da propriedade, garantindo um uso socialmente justo e ecologicamente equilibrado do seu território, de forma a assegurar a todos os seus habitantes, condições de bem estar, qualidade de vida, inclusão econômica e segurança [...].

§ 1º. - A cidade cumpre sua função social quando atende às diretrizes da política urbana estabelecidas neste Plano Diretor, assegurando a todos os cidadãos o direito à terra urbana, à moradia digna, ao saneamento ambiental, à infra-estrutura urbana e aos serviços públicos, ao transporte e à mobilidade urbana, ao trabalho, à cultura e ao lazer, e a um meio ambiente ecologicamente equilibrado.

§ 2º. [...]

VII - implementar a criação, demarcação e gestão de áreas verdes, unidades de conservação e demais áreas de preservação permanente, interligando-as por corredores ecológicos e protegendo-as por zonas de amortecimento de impactos;

VIII - estabelecer acordos institucionais com os órgãos ambientais e os Ministérios Públicos Estadual e Federal para complementaridade de atuação e uniformização de procedimentos;

IX - propiciar padrões adequados de qualidade do ar, da água, do solo, dos espaços abertos, das vias e demais áreas públicas, de modo a garantir a todos um ambiente urbano saudável, livre de resíduos e poluição, inclusive da poluição visual e sonora;

XI - elevar a qualidade e identidade do ambiente urbano, através da preservação do meio ambiente natural, do incremento da arte no espaço público e da estética urbana, inclusive com incentivos econômicos, além da proteção do patrimônio

histórico, artístico, cultural, social, arqueológico, geológico e paisagístico do Município;

XIV - buscar a revitalização e re-qualificação das orlas marítima e lacustre do Município, garantindo o livre acesso, valorizando as atividades turísticas e de lazer, ordenando os parques aquícolas, implantando infraestrutura náutica e incentivando o transporte marítimo e os esportes aquáticos;

XV - planejar os sistemas de transportes, o mobiliário urbano e os equipamentos públicos em geral, de modo a assegurar a acessibilidade aos portadores de necessidades especiais, pedestres e ciclistas;

XIX - implementar políticas para promover a diversidade cultural, a equidade e a inclusão social, de modo a reduzir as desigualdades de acesso a emprego e renda, à condições habitacionais e à infraestrutura e serviços públicos, com destaque para as crianças e adolescentes, idosos e pessoas portadoras de necessidades especiais;

XX - implantar programas de ampliação e aprimoramento das redes públicas de saúde, educação, cultura, lazer e recreação, assistência social e segurança, tanto ao nível da qualidade do atendimento quanto ao de infraestrutura, áreas, equipamentos e instalações;

XXV - preservar, revitalizar e dar uso coletivo às áreas, vias, logradouros e espaços públicos, evitando sua apropriação ou utilização por indivíduos, grupos ou organizações;

Agora que foi esclarecido o que é o Plano Diretor e os principais objetivos, partimos atrás do que contêm no Projeto do Plano Diretor sobre o espaço-público e o como eles relacionam.

Quanto à estratégia para alcançar os objetivos em relação ao espaço público, eles afirmam, no artigo 11, que procuram o fortalecimento dos espaços e equipamentos e sua execução, assim como a qualificação do desenho urbano dos espaços públicos de maior relevância em todas as localidades do Município, para fortalecer a qualidade de vida local e o processo de descentralização multipolar proposto por esta lei. Esta política será implementada através dos seguintes programas: programa do desenho urbano local; programa de equipamento social dos bairros, áreas verdes de lazer e esporte; programa de arte pública; programa de manutenção e ampliação da arborização de ruas, praças e parques urbanos, programa do Banco de Terras para fins públicos; programa de Segurança Pública.

Quanto ao que eles pretendem:

- implantar um sistema cicloviário, como modo de um transporte alternativo e uma rota alternativa de lazer;

- ampliar a construção de praças, parques e áreas de lazer, equipadas com espaços multiusos, projetadas e distribuídas de acordo com critérios estabelecidos com a participação da comunidade;
- identificar valores culturais, criar espaços e estabelecimento de programas para incentivar o resgate e estimular o desenvolvimento cultural das comunidades;

Quanto à preempção:

- a prefeitura tem o direito de preempção com para implantar equipamentos urbanos e comunitários, criar espaços públicos de lazer e áreas verdes, criar unidades de conservação ou proteção de outras áreas de interesse ambiental, proteger áreas de interesse histórico, artístico, cultural, arqueológico, geológico ou paisagístico;

Num determinado momento, no artigo 154, eles definem certas Áreas de Paisagens e Patrimônios Culturais, que segundo o artigo 69, eles podem estar contidos nas Áreas Verdes de Lazer:

I - Áreas de Interesse Histórico-Cultural (APC-1) se destinam à conservação do patrimônio histórico ou contemporâneo, arquitetônico, urbano, paisagístico, estético, tecnológico, científico, vernáculo, antropológico, etnológico, abrangendo monumentos, edificações, conjuntos, espaços, assentamentos e objetos.

II - Áreas de Interesse Ambiental - Paisagístico (APC-2) se destinam à proteção das porções peculiares do território representativas de processos de interação do homem com o meio natural, às quais a vida e a ciência humana imprimiram marcas ou atribuíram valores, incluindo paisagens e aspectos culturais resultantes das tradições agrícolas, pastoris e pesqueiras, assim como micro e macro-espaços abertos, sendo os micro-espaços abertos as praças, ruas, canteiros centrais, largos e calçadas, e os macro-espaços abertos os parques, pontos panorâmicos, praias, orlas e áreas de conservação e preservação ambiental-paisagística que incorporam valores intangíveis materializados no espaço.

III - Áreas Arqueológicas (APC-3) que se destinam à conservação dos sítios pré-históricos e históricos, com seus bens móveis e imóveis, cuja conservação seja de interesse público quer por seu valor histórico, antropológico, cultural ou arqueológico através dos vestígios materiais deixados pela ocupação humana como fosséis, utensílios e inscrições rupestres e testemunhos da evolução da vida no planeta.

IV - Locais de Memória e Áreas de Interesse Cidadão (APC-4) que se destinam à proteção dos locais onde ocorreram fatos de valor histórico e cultural; de valor legendário que se mantêm presentes na memória coletiva; onde aconteceram ou acontecem atividades referenciais tais como tradicionais pontos de encontros, rotas, percursos, espaços onde ocorrem manifestações coletivas ou ritos ou que expressam significados, valores sociais e ambientais que justifiquem seu valor, autenticidade e compromisso de conservação.

Quanto à reforma das Áreas de Interesse Ambiental e Paisagístico, notamos limitações da prefeitura:

Art. 174 - Nas Áreas de Interesse Ambiental Paisagístico (APC-2) o remembramento e desmembramento de lotes; a reforma; construção; demolição e comunicação visual das edificações e dos macro e micro espaços abertos dependem da consulta e da anuência do órgão competente.

§ 1º. - Nessas áreas é permitido o exercício das formas tradicionais de produção e das atividades rurais e artesanais compatíveis com o desenvolvimento sustentável do ambiente.

§ 2º. - Projeto especial de desenho urbano, plano de manejo ambiental e plano de massa definirão a ocupação e uso do solo privilegiando as características predominantes, as atividades tradicionais da área e o uso e desfrute social e cultural dos espaços abertos a comunidade.

§ 3º. - As intervenções urbanas e paisagísticas e as edificações permitidas em APC-2 devem se harmonizar com as paisagens existentes, e em especial:

- a) manutenção e utilização de concepção arquitetônica e paisagística predominante na região;
- b) harmonização com as cores predominantes na região;
- c) para os imóveis em APC-2, o órgão competente poderá aplicar a categoria de P-4 das APC-1.

Quanto aos Elementos Excepcionais Componentes das Paisagens, subdividem em cinco áreas e explicam. Eis a síntese do artigo 184 e suas subseções:

I - paisagem das orlas e as bordas d' água:

- livre acesso e circulação de pedestres pela orla marítima, lacustre e fluvial, por via terrestre, no interesse geral da pesca, a maricultura, da navegação, do lazer e do turismo;
- paisagens de orla e bordas de água poderão ser indicados como áreas de preservação ambiental paisagística (APC-2);

II - caminhos terrestres, trilhas e rotas náuticas:

- conexões viárias e náuticas podem se dividir em:

I - Caminho Terrestre: trata-se de um traçado consolidado, permanente, talvez planejado, feito com o propósito de ligar dois pontos distintos ou passar por determinada área, permitindo muitas vezes a passagem de veículos à tração animal, com largura entre 2,00 (dois) e 4,00 (quatro) metros.

II - Trilha: trata-se de um traçado intuitivo, ligeiro, de estrutura mais primitiva, sem objetivo de permanência, com largura inferior a 2,00 (dois) metros, usada para caminhadas de lazer e turismo.

III - Rota Náutica: são os percursos náuticos tradicionalmente utilizados para conexão dos lugares

III - vias panorâmicas:

- As vias panorâmicas conferem visibilidade aos elementos marcantes da paisagem natural ou construída, tendo função de turismo e lazer.

IV - marcos referenciais urbanos:

- Os marcos referenciais são elementos construídos ou naturais marcantes na paisagem ou de significado simbólico que devem ser preservados em sua integridade física e terem garantida sua visibilidade.

V - mirantes e belvederes.

- Deverão ser identificados e preservados mirantes e belvederes de onde se exibem visuais marcantes sobre o território, garantindo sua acessibilidade.

Sobre a manutenção de obras e arte pública, o artigo 174 afirma que “a conservação de obras de arte pública nos espaços públicos deverá ser objetos de manutenção e restauro a cargo do poder público”.

Existem artigos voltados para a preservação das paisagens e do patrimônio culturais, bem como sobre a manutenção de obras. É interessante relatar que há um Fundo Municipal de Preservação da Paisagem e Patrimônio Culturais (FMPPPC), seus detalhes se encontram no artigo 201 e 202, onde informa que esse fundo deve ser usado de acordo com o que consta no Plano Diretor.

É interessante levantar que no plano diretor eles listam os serviços públicos mínimos exigidos. Entre eles: tratamento das áreas de recreação, arborização de vias estruturadoras, espaços verdes e instalação de rede de distribuição e iluminação pública.

Com relação ao sistema de circulação de pedestres, “o Poder Público garantirá o livre acesso e circulação de pedestres pela orla marítima, lacustre e

fluvial, por via terrestre, no interesse geral da pesca, da navegação, do lazer e turismo”.

Ao tratarmos das Áreas de preservação, que são áreas verdes, há leis explicando quando é uma área de preservação, e nela cita alguns tipos: faixa marginal, medida a partir do nível mais alto, em projeção horizontal, com largura mínima; faixa ao redor de nascente ou olho d’água; faixa ao redor de lagos e lagoas naturais; banhados naturais e sua faixa marginal; topo de morros; linhas de cumeada; encosta ou parte desta; encosta com declividade; restingas; manguezais; dunas móveis, fixas e semi-fixas; locais de refúgio ou reprodução de aves migratórias; locais de refúgio ou reprodução da fauna ameaçada de extinção; praias, costões, promontórios, tómbolos e ilhas; fundos de vale; áreas onde as condições geográficas desaconselham a ocupação; área de pouso de aves; florestas primárias e/ou secundárias; áreas adjacentes a manguezais; Unidades de Conservação de Proteção Integral.

Sobre as áreas públicas, ao serem “adotadas”, o empreendedor deverá seguir algumas regras: vias de circulação pavimentada; rede de energia elétrica; rede de iluminação pública; rede de escoamento de águas pluviais; rede de água potável e esgoto sanitário; arborização das vias públicas; espaços livres de uso público; espaços destinados aos equipamentos comunitários e urbanos.

4.4 Atividades e infra-estrutura observadas

Agora que sabemos como a Prefeitura trata os espaços e as regras definidas, seja de preservação ou construção, traremos informações da nossa ida a campo.

Fomos a vários espaços públicos do Centro e da região do Estreito durante dois dias. Nesses lugares, procuramos ir a praças, largos, beira mar, biblioteca e outros. Dessa forma, pudemos observar o que as pessoas faziam nesses lugares. Citarei algumas:

- Brincadeiras no playground, utilização dos aparelhos de ginástica, pessoas sentadas, lendo, jogando bola, passeando (sozinho ou acompanhado), caminhando, correndo, andando de bicicleta, andando de skate, conversando, soltando pipa,

jogando xadrez, lanchando, olhando a paisagem, vendendo, comprando, dormindo, passeando com cachorro, em reunião (de serviços públicos), pescando, observando arte (peça de teatro, música...), indo na feira (de alimentos e do livro), jogando carta, jogando dominó, mostrando/observando monumentos, tocando música, escutando música, se prostituindo, falando alto (sozinho), correndo atrás de pombos, indo à reunião (na biblioteca). Algumas outras podem ter passado despercebidas, mas essas foram as que mais chamaram atenção enquanto estava em alguns espaços públicos.

Ao pararmos para refletir, são muitas atividades observadas em pouco tempo, e com isso, logo nos veio em mente anotar o que encontramos nas praças como infra-estrutura. Pudemos observar que há pessoas utilizando os espaços públicos de diversas maneiras, e ao ir a alguns desses lugares, encontramos alguns elementos que podem ser utilizados:

- Lixeiras, bancos, coreto, fontes, mesa para jogos, playground, quadras (polivalente), pista de skate, marcos históricos, monumentos e esculturas, pontos de ônibus, pontos de taxi, lojas/barracas comerciais, locais para engraxates, postos policial, palco, anfiteatro, igreja, aparelhos para ginástica, pista para caminhada, ciclovia, lanchonete, fonte, árvores, jardins, trapiche, deck de madeira, livros, jornais, telefone públicos, câmera monitorada pela polícia, posto de informação, estrutura/espço para eventos culturais, espaço de circulação, iluminação, cercas, placas informativas, placas de propaganda (algumas indicam colaboradores de revitalizações), pombal, aves, sanitário (é no espaço público, mas é pago), quiosque, estacionamento, entre outros que podem ter passado despercebido.

Como podemos ver, existem muitos elementos nos espaços públicos, porém, também podemos notar alguns pontos negativos, como a impossibilidade de muitas práticas quando as condições climáticas não ajudam (chuva, vento e dependendo da prática o sol pode prejudicar), vimos rede pluvial aberta (possivelmente com lixo e/ou esgoto, pois gerava um cheiro desagradável), sujeira (possivelmente causada por usuários, pois não havia folhas de árvore caída), aparelhos estragados (luz, brinquedos, bancos, alambrado das quadras, cesta de basquete, traves e circuito de skate enferrujado...), pichação, mendigos e cachorros frequentando/usando de dormitório (o que causa uma má impressão, e muitos depositam sujeira, bem como

fazem suas necessidades fisiológicas no local), pombos (uma das praças tem até um pombal para eles, porém o contato pode gerar doenças), urubus comendo carniça, depredação de monumentos, vegetação crescida demasiadamente, poças em quadras, falta de acesso para alguns tipos de deficientes físicos, falta de policiamento nos finais de semana e período noturno (mesmo algumas praças tendo uma instalação da polícia, nem sempre tem algum profissional dentro), entre outros.

Dessa forma, notamos que os espaços públicos têm infra-estrutura, porém falta conservação/manutenção, que segundo o Projeto do Plano Diretor (art. 2, § 2º), eles são responsáveis por manter esses espaços públicos.

4.5 A visão dos entrevistados

A partir desse momento, iremos apresentar os resultados dos cidadãos, que entrevistamos em espaços públicos, com relação aos espaços públicos. A primeira questão formulada foi relacionada ao local que costuma frequentar, perguntamos: “quais lugares costuma frequentar fora do horário de trabalho?”. Com essa questão, poderíamos descobrir se os entrevistados optariam em sua maioria por espaços públicos ou espaços privados.

As respostas variaram: dezesseis vezes responderam de alguma forma em relação a espaços públicos, como: praças, praia, parque, caminhada, aparelhos de ginástica (se referindo aos das praças), Beiramar Continental e Norte, calçadão e jardins foram citados. E nove vezes foi citado espaços privados, como: shoppings, restaurantes, futebol, cinema, supermercados, lojas e compras. Também obtivemos algumas respostas neutras, ou seja, são atividades ou lugares que pode se praticar tanto em lugares públicos quanto privados, como ler, participar de um grupo de dança, ir à cinemateca e passear.

Em síntese:

Quadro 01 – Lugares que costumam frequentar fora do horário de trabalho:

Tipo	Lugares	Nº de citações
Público	Praças	5
	Parques	2

	Praias	2
	Caminhar	2
	Ginástica	2
	Beiramar	1
	Calçadão	1
	Jardins	1
Indefinido	Ler	1
	Grupo de dança	1
	Cinemateca	1
	Sair (acompanhado)	1
Privado	Shoppings	2
	Restaurante	2
	Cinema	1
	Futebol	1
	Supermercado	1
	Lojas	1
	Compras	1

A partir deste panorama geral vimos para onde os entrevistados têm preferência de ir, questionamos os locais públicos que eles frequentam, e obtivemos essas respostas: dez costumam ir ou passar em praças, quatro na Beiramar (Continental ou do Centro), três em praias, dois em parques, um na biblioteca pública e um na Cinemateca. Com relação a outras respostas, um disse que não frequenta e outro respondeu que vai a Shoppings.

Quadro 02 – Espaços públicos que costumam frequentar

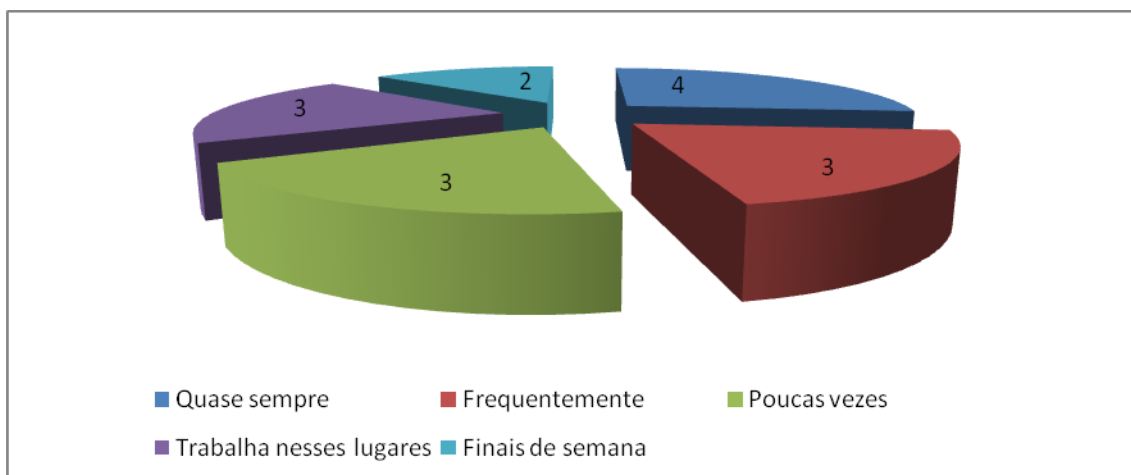
Tipo	Lugar	Nº de citações
Público	Praças	10
	Beiramar	4
	Praia	3
	Parque	2
	Biblioteca	1
	Cinemateca	1
Resposta neutra	Não frequenta	1
Privado	Shopping	1

A partir dessa resposta, notamos certa variedade de espaços frequentados, mesmo que alguns não tenham sido citados, como, por exemplo, os largos, dunas, lagoa, áreas de preservação ambiental, etc.

Pudemos notar com o entrevistado que respondeu que não frequenta espaços públicos, que ele esqueceu que transita por esses locais, pois no momento da entrevista ele estava de passagem por uma praça e em outra parte da entrevista ele disse que gosta de passar por esses locais para sair da mesmice do trabalho. O entrevistado que respondeu sobre o local público que costuma frequentar é um shopping, na hora de assinar o termo de imagem, admitiu não ter a escolaridade completa, o que nos deixou pensativos sobre as demais respostas dela, já que acabou divergindo mais de uma vez dos demais entrevistados.

Sabendo que os locais que eles frequentam, questionamos sobre a frequência que vão aos espaços públicos: quatro responderam que vão quase sempre, três frequentemente, três poucas vezes, dois nos finais de semana e três trabalham nesses lugares (são autônomos).

Gráfico 02 – Frequência que vão aos espaços públicos



Ao saber que nem todos são freqüentadores assíduos, mas todos pelo menos utilizam esses lugares, pelo menos como passagem, iniciamos as questões voltadas para o espaço público.

Com relação à infra-estrutura foi questionado se eles achavam que havia equipamentos ou não nos espaços públicos e como estaria a preservação. No total, seis pessoas afirmaram que tem equipamentos suficientes nos espaços públicos, sendo que duas delas se referiram exclusivamente à região Central, duas pessoas disseram que falta preservação. As demais respostas foram lembradas apenas uma vez: falta de equipamentos, falta de estrutura, falta de iluminação, falta de área para

crianças, falta de áreas para lazer, faltam mais áreas em bairros periféricos, falta de ciclovia e falta de instrutores para a aparelhagem de ginástica instalada.

Quadro 03 – Há ou não equipamentos? Como está a preservação?

Tipo	Opinião	Nº de citações
+	Tem equipamentos	4
+	Tem equipamentos no centro	2
-	Falta preservação	2
-	Não tem equipamentos	1
-	Falta estrutura	1
-	Falta iluminação	1
-	Falta área para crianças	1
-	Falta área de lazer	1
-	Falta equipamentos nos bairros	1
-	Falta ciclovia	1
-	Falta instrutores (para os aparelhos de ginástica)	1

Notamos que as respostas divergiram, e pudemos dividir as afirmações em duas classes: os que disseram que há equipamentos, as que negaram e disseram diretamente o que faltava. Sendo assim, seis pessoas responderam que há equipamentos, outras oito disseram o que acham que falta nos espaços públicos e apenas uma disse que falta equipamento, mas não disse o quê.

Quando estávamos nesses espaços, pudemos notar que algumas dessas “faltas” estavam acontecendo, como a falta de equipamentos em algumas praças e na Beiramar Continental. Essa ultima as pessoas já utilizam para caminhadas e outra atividades, porém a vegetação está crescida, comprovando a falta de preservação antes mesmo da inauguração oficial. Ainda tratando da Beiramar Continental, no momento só não está liberada a utilização de carro, pois há espaços destinados a caminhadas, ciclovias e já teve alguns eventos nesse lugar. Mas talvez por não ter sido inaugurada é que não haja outras instalações, como algumas que encontramos na Beiramar Norte. Em alguns outros lugares notamos a falta de postes de iluminação, instrutores para os aparelhos, playground, limpeza, lixeiros, estacionamento, sinalização (tanto em termos de limitação de idade em aparelhos infantis para ajudar na preservação e evitar acidentes, quanto na aparelhagem de

ginástica indicando que não é para uso infantil. Também falta sinalização incentivando a manter o local limpo), entre outros que podem ter passado despercebido.

Assim, pudemos notar que não é só no nosso ponto de vista que notamos a falta de manutenção e preservação dos lugares, outras pessoas também notam. É importante saber que não só o nosso olhar crítico percebeu isso. Porém, vale lembrar, que talvez alguns não notem, pois nem tudo encontrado nos espaços públicos é do seu interesse, ou seja, talvez não seja porque eles não tenham senso crítico, mas sim por alguns lugares e/ou equipamentos não serem de seu interesse, o que faz eles só considerarem o que tem algum tipo de utilidade/importância para eles. Nesse momento refletimos se esses equipamentos foram depredados, ou se foram sendo desgastados com o tempo e/ou condições climáticas e do ambiente. Não temos como dar essa resposta, pois não ficamos em um lugar só durante bastante tempo, apenas “passamos”.

Quanto ao que eles fazem nos espaços públicos, foi a pergunta que mais teve variedade de respostas. Apresentaremos as respostas por ordem de frequência, ou seja, as que mais foram lembradas: quatro pessoas disseram que costumam caminhar, quatro costumam ler, três passear (acompanhado ou não), três utilizam a recreação infantil (todos acompanhando os filhos), duas jogam futebol, duas vão curtir a natureza, duas utilizam aparelhos de exercício, duas vão andar de bicicleta, duas participam dos eventos (públicos), duas descansam, e as demais respostas foram lembradas apenas uma vez: ir à praia, conversar, tocar música e compor. Uma única pessoa citou um lugar privado nessa pergunta. Ela disse que vai à danceteria.

Quadro 04 – O que faz nos espaços públicos?

Prática	Nº de citações
Caminhar	4
Ler	4
Passear (acompanhado ou não)	3
Recreação infantil	3
Futebol	2
Curtir a natureza	2
Aparelho de exercício	2

Andar de bicicleta	2
Eventos (gratuitos)	2
Descansar	2
Nadar (praia)	1
Conversar	1
Tocar música	1
Compor	1
? Danceteria	1

Com essa diversidade de respostas, notamos que devido à estação que foi realizada a entrevista, o clima estava frio, com vento e em alguns momentos nublado, poucos se lembraram das praias, trilhas ou locais de outras regiões, que exigiriam mais sol do que essas que eles citaram. Eles ficaram mais atentos a lugares próximos de sua residência ou de onde foi feita a entrevista, o que acaba lembrando o que Camargo (1989) disse sobre a proximidade das residências para com áreas que possam ser utilizadas para o “lazer” (veja na página trinta e nove).

Assim, percebemos que de certa forma, as pessoas pensam realmente em ir a lugares mais próximos a sua residência, e até mesmo próximos ao seu trabalho, para fazer algum tipo de prática.

Já quanto à qualidade dos espaços, a questão tratada de forma simples, poucos apresentaram uma justificativa. O resultado foi o seguinte: cinco pessoas que consideraram os espaços públicos como de boa qualidade. Sete, disseram que deu uma melhorada. Em sua maioria a referência destes espaços foi em relação a parte central da cidade ou no que diz respeito à aparelhagem instalada. Duas explicaram que não frequentam e preferiram não opinar, quatro delas afirmaram que falta preservação, manutenção ou ainda equipamentos nos locais. Duas declararam que é mal organizado e deixa a desejar.

Quadro 05 – Quanto a qualidade dos espaços públicos

Tipo	Opinião	Total (de 15)
+	Bom	5
+	Deu uma melhorada	7
Neutro	Não sei, não frequento	2
-	Falta preservação e/ou manutenção	4

-	Mal organizado, deixa a desejar	2
---	---------------------------------	---

Pudemos notar que mesmo sendo uma constatação simples, a maioria que disse que houve melhoras, ou seja, perceberam alguma modificação ocorrida ali, mas a falta de manutenção e/ou preservação, foi também constatada. Vimos que alguns observam esses espaços de forma mais atenta outros mostraram desinteresse ou assumiram que não frequentam.

Ao questionarmos se eles consideram que há ou não espaços suficientes, também tivemos respostas bem sintéticas, mas dessa vez cada um apresentou apenas resposta: seis disseram que tem espaços suficientes, quatro que não tem, dois que tem mais falta administrar ou educar o povo para utilizarem e três preferiram não opinar, sendo que um justificou que toma essa decisão por não morar a muito tempo na cidade.

Quadro 06 – Há ou não espaços públicos suficientes?

Tipo	Opinião	Total (de 15)
+	Tem	6
Neutro	Mora a pouco tempo, prefere não opinar	1
Neutro	Não frequenta	2
-	Não tem	4
-	Tem, mas falta administração	2

Com essa variedade de respostas notamos que a maioria disse que tem espaços suficientes e sendo que dois se explicaram, um dizendo que falta administração e outro dizendo que falta incentivo da Prefeitura, para educar as pessoas a frequentarem ou não esses locais.

Com relação à pergunta anterior, sobre a qualidade, onde a minoria disse que estava mal preservado e a maioria disse que melhorou, mas falta manutenção e/ou preservação; nessa questão os que disseram que estava mal preservado foram os que responderam que não há espaços suficientes, juntamente com alguns do que disseram que deu uma melhorada e afirmaram que falta manutenção e preservação.

Quanto à sociabilidade, pergunta feita foi a seguinte: Costuma levar/encontrar alguém em espaços públicos? A continuação da pergunta era feita de acordo com a primeira resposta. Pois para quem costuma levar, era acrescentada outra questão: quem costuma levar? E por fim perguntávamos se já conheceu alguém nesses lugares.

Ao sistematizar as respostas, unimo-las e obtemos as seguintes respostas: seis entrevistados costumam levar seus filho(a)(s), cinco seu esposo(a), três outros familiares (neto, sobrinho, irmão...) e quatro as vezes levam amigos. Quanto aos que responderam se já conheceu ou não em espaços públicos, sete disseram que sim e três que não.

Quadro 07 – Costuma levar alguém ou já conheceu alguém nos espaços públicos?

Tipo	Resposta	Nº de citações
Família	Esposo(a)	5
Família	Filho(a)(s)	6
Família	Outros familiares	3
Amigos	Amigos	4
Conheceu	Já conheceu alguém	7
Não conheceu	Não conheceu ninguém	3

Por meio desse resultado, notamos que a maioria costuma levar familiares aos espaços públicos e poucos utilizam o espaço para levar ou encontrar amigos. Quanto a ultima questão sobre a sociabilidade, notamos que durante a entrevista, alguns ficaram sem jeito com a pergunta, talvez por alguns serem casados, ouve certo receio por parte de alguns dizer que já conheceu alguém em espaços públicos, talvez por maliciarem a pergunta.

Talvez muitos não percebam a importância da sociabilidade hoje em dia. Cada vez mais temos novas tecnologias que acabam nos prendendo, bem como alguns tipos de rede social, moradias com espaços para práticas reservada. E com isso, esquecemos que também se pode conhecer pessoas fora do mundo virtual ou da residência, bem como sair, conversar em ambientes externos e até mesmo públicos. Hoje não é mais tão comum vermos pessoas se reunindo em praças. Além de a entrevista nos confirmar isso, notamos que é mais comum encontrar famílias nos espaços públicos do que jovens ou adultos acompanhados de amigos. E isso

nos fez pensar se hoje as famílias estão se reunindo mais por algum motivo, ou se está faltando tempo para membros das famílias terem amigos, ou se há realmente essa interferência da tecnologia que faz só sobrar tempo para a família.

Ao questionarmos os entrevistados sobre o planejamento, se eles tinham idéia de como é feito o planejamento dos espaços públicos, a resposta foi unânime. Todos disseram que não tinham idéia, porém três levantaram itens. Um disse que é o IPUF quem faz, porém não sabe se tem um especialista em urbanismo lá para planejar esses espaços, outro conhece alguém que trabalha no local, mas diz não perceber preocupação deles quanto ao espaço público e o ultimo, foi o presidente da associação que elaborou o planejamento da Praça do Canto, que disse que teve que pedir ajuda para a Organização, chamada FloripAmanhã para conseguir ter acesso a eles e pedir a manutenção da praça de seu bairro.

Quadro 08 – Sabe quem faz o planejamento dos espaços públicos na cidade?

Resposta	Nº de citações
Não faço idéia	13
Sabe que vem do IPUF, mas não sabe se lá tem alguém dá área de urbanismo	1
Conhece gente, mas percebeu que não tem ninguém preocupado	1
Teve que pedir ajuda de uma Organização para ter acesso a eles	1

Com essas respostas, podemos notar que o Sistema atual de democracia, não é democrático. A maioria acha que falta muita coisa, mas mesmo sendo maioria, não se tem o poder de mudar, pois “elegemos” alguém para nos representar, e não necessariamente esse alguém cumpre o que promete ou atende o que o povo pede. Um entrevistado, nesse questionamento chegou a dizer: “Até não gosto de política, porque acho que falta reforma política. A gente vota e não sabe em quem, é um tiro no escuro, e obrigam a gente”. Ou seja, fica claro que ele não gosta da realidade política, pois somos obrigados a votar, escolhemos uma imagem, e depois temos que aceitar o que fazem ou deixam de fazer, sendo algo agradável ou não. Esse não é o nosso foco, mas indiretamente interfere na nossa avaliação, pelo fato de termos analisados um documento e sabermos que o IPUF é o responsável pelo espaço público, mas em momento algum nos indicaram um representante, como foi a

questão de um dos entrevistados sobre quem é o responsável, pois ele sabe que é o IPUF, mas não sabe quem é o responsável e se ele tem alguma formação na área de urbanismo, e também não se sabe os critérios de elaboração do Plano Diretor.

Quanto aos elogios e reclamações sobre os espaços públicos, tomamos o cuidado ao fazer a pergunta, para sempre utilizar essas duas palavras: “elogio” e “reclamação”, na pergunta, pois não tínhamos a intenção de influenciar as respostas, e assim, cada pessoa teria a opção de escolher elogiar, reclamar ou ambos. Então perguntávamos: Tem algum elogio e/ou reclamação sobre essas questões (nos referindo aos espaços públicos) na cidade?

As respostas foram divergentes, e separamos em setores. Quanto a elogios, no total três pessoas elogiaram, delas uma disse que “deu uma melhorada”, outra disse que tiraram ambulantes sem credenciamento e credenciaram-nos, e o ultimo disse que tem infra-estrutura, como lugares para sentar, brincar, fazer exercício, etc. Das pessoas que sentiram falta de algo, três criticaram a administração. Um dizendo que deixa a desejar, outro foi irônico quanto a alguns locais e disse “sorte que a cidade é bonita por natureza” e o ultimo apenas disse que falta administração. Cinco falaram da falta de preservação e manutenção, e os demais fizeram sugestões: três sugeriram tirar os mendigos dos lugares públicos, dois tirar os cachorros, quatro afirmaram que falta policiamento, para dois falta eventos públicos, e as demais respostas foram lembradas apenas uma vez: falta de iluminação, falta de ciclovias, falta mais espaços nos demais bairros. Teve quatro entrevistados que foram neutros e não reclamaram, nem elogiaram. E dois levantaram algo interessante para se pensar. Um dizendo que falta educar a população para frequentarem esses lugares e outro sugeriu multa para educar o povo (quanto à depredação dos locais).

Quadro 09 – Tem algum elogio ou reclamação?

Tipo	Opinião	Nº de citação	Com relação à outra questão
Neutro	Não tem reclamação	4	5 responderam que era bom
Elogio	Ta melhorando/deu uma melhorada	1	7 haviam respondido isso
Elogio	Tiraram os ambulantes não credenciado e	1	

	fizeram credenciamento		
Elogio	Tem infraestrutura	1	3 elogiaram
Falta administração	A administração deixa a desejar	3	2 haviam falado disso
Falta administração	"sorte que a cidade é bonita", por isso aparenta estar tudo em ordem	1	
Falta administração	Falta preservação/manutenção	5	4 haviam dito isso
Falta administração	Falta tirar os mendigos desses lugares	3	
Falta administração	Falta tirar os cachorros desses lugares	2	
Falta administração	Falta policiamento	4	
Falta administração	Falta eventos públicos/ arte na rua	2	
Falta administração	Falta iluminação	1	
Falta administração	Falta mais ciclovias	1	
Falta administração	Falta mais espaços públicos nos demais bairros	1	
Falta educação	Falta a população ter a educação para frequentar esses espaços públicos	1	
Falta educação	Sugere multa para educar o povo	1	

Para melhorar a visualização, separamos assim: três vezes elogiam, vinte e três vezes falam de alguma forma que falta administração, quatro pessoas foram neutras e duas vezes falam da educação do povo para com os espaços públicos.

Essa pergunta foi muito interessante, pois teve gente que tentou olhar os dois lados e outras foram bem diretas dizendo logo o que acham que falta. Mas ao relacionar com questões anteriores (sobre a qualidade), pudemos notar certa divergência de resultados, talvez por considerar que eles já tenham falado anteriormente ou esquecimento. Por exemplo, na pergunta anterior, cinco foram

neutros e nessa pergunta quatro pessoas; Noutra pergunta, sete falaram que estava melhorando e nessa questão só uma; Noutra questão três elogiaram a infraestrutura, nessa apenas um; Noutra, dois afirmaram que a administração deixa a desejar, nessa três; Noutra questão, quatro falaram da falta de preservação/manutenção e nessa cinco pessoas.

Essa questão, como em outra que falaram da infra-estrutura da cidade, tem a ver com um artigo do Projeto do Plano Diretor, feito pela Prefeitura. Ou seja, essas respostas mais que afirmam a falta de planejamento da Prefeitura para manter os lugares, pois sabemos que está no papel, mais falta este compromisso ser realmente cumprido, falta ação dos órgãos públicos ao tratarem da coisa pública.

5.0 LAZER E OS ESPAÇOS PÚBLICOS, Considerações Finais

Ao tratarmos do lazer e dos espaços públicos, percebemos que ambos têm seus problemas. O primeiro tem problema conceitual tanto pelas elaborações da comunidade científica quanto no senso comum, já o segundo tem problemas desde o registro até na falta de cumprimento do próprio documento e também no senso comum.

Quando pensamos em uma prática ela depende de um local para ser realizado. Local esse que, para quem não tem alto poder aquisitivo para consumir, necessita ser em um espaço público ou sua própria residência. Para que esse espaço público seja atraente para prática é interessante que tenha infra-estrutura, que seja preservada e para isso, precisa ter manutenção, senão é mais fácil para as pessoas ficarem dentro de suas próprias casas, utilizando-se da tecnologia e mídia (um consumo indireto), ou até mesmo saindo para consumir.

Vimos que o lazer é algo próprio desse modo de produzir a vida no capitalismo. No documento do IPUF, o lazer é considerado como uma atividade, esporte e ao mesmo tempo como outra prática qualquer, o que nos faz questionar se eles são os únicos que pensam dessa forma. Ao questionar moradores da cidade, percebemos a mesma coisa, poucos refletem sobre o assunto, ou seja, muitos vão aos espaços públicos para uma prática, mas não sabem ao certo o porquê estão ali.

Quanto aos espaços públicos, percebemos que é complicado ter o controle (preservação/manutenção), ainda mais se não se tem o registro atual deles. Afirmamos isso, por não conseguirmos nenhum documento desse mandato apresentando os espaços públicos e seus registros. Vimos algumas pessoas desinteressadas em relação a esse assunto, porém, as que demonstraram interesse tinham algo a dizer sobre o local.

Ao tratarmos dos espaços públicos para utilizarem no tempo livre do trabalho, acabamos seguindo o que este modelo societal nos propõe, ou seja, só temos o tempo livre do trabalho porque temos um tempo para o trabalho; e trabalhamos porque temos que vender nossa força de trabalho para se obter um sustento.

Por outro lado vê-se que essa discussão, a do espaço público - também envolve política, desde o seu surgimento, até hoje, quando se depende do poder do Estado em seu governo federal, estadual ou municipal, para se ter espaços públicos, infra-estrutura e manutenção. Sendo assim, constatamos que o espaço público para ser utilizado depende do planejamento, estrutura e manutenção, bem como a educação da população para utilizar algo que é seu de direito. Ou seja, de uma política pública definida para o coletivo e não para a propriedade privada. Também se viu nessa pesquisa que a maioria das pessoas entrevistadas percebe que os espaços públicos devem ser construídos nas adjacências de suas residências, quem sabe seria a necessidade de mais praças? E, ainda, as atividades a serem realizadas são de diversos matizes mesmo e não se podendo definir *a priori* qual a atividade que deve ser realizada ali. É para ser um espaço público e livre. Atrelada a essa questão, não pudemos e não conseguimos delinear como poderíamos alcançar uma clareza em relação á questão do que seria lazer. Haja vista que não existe nenhuma materialidade que se dê como certa para fundamentar ou ser o fenômeno que pode ser chamado lazer. O problema persiste, mas não vamos cair na lógica de quase todos os autores, que se esforçam para desenvolver ou elaborar um novo conceito. Não, a questão não seria essa. Podemos dizer, que o problema é que 'todas' as explicações encontradas sobre lazer querem dar conta de uma felicidade ou alegria separada da vida real dos seres humanos, ou seja, consideram os seres humanos possuidores de liberdade para fazerem o que querem e não serem condicionados historicamente. Por outro lado também insinuam que o problema é individual e não social-histórico. Assim, concluímos afirmando que estas repostas possivelmente podem ser encontradas não pelo aspecto individual dos seres humanos, mas em sua qualidade de ser social. E, para conhecermos os condicionantes históricos que definem e produzem esse ser social só conhecendo a divisão social do trabalho, vale dizer, a problemática que envolve a propriedade privada dos meios de produção. Questões essas que deverão e precisarão de mais pesquisas para seres respondidas.

6.0 REFERÊNCIAS

Anteprojeto de Lei Plano Diretor Desenvolvimento Sustentável de Florianópolis. 23 de março de 2010.

<http://www.pmf.sc.gov.br/arquivos/arquivos/doc/09_04_2010_14.42.20.73d8aa30ed15a39860630d007983386c.doc>. Acesso em: 28 de março de 2011

ARANHA, Maria. Lucia. A; MARTINS, M. H. P. **Filosofando. Trabalho e alienação**, São Paulo, Editora Moderna, 1986

Banco Central do Brasil. <<http://www.bcb.gov.br/?ORIGEMOEDA>>. Acesso em: 18 de junho de 2011

BARANENKO, Lenka Aguiar; MORITZ, Gustavo Remor. **Espaços públicos para a prática de lazer na cidade de Florianópolis**. In: X Semana Acadêmica da Educação Física, 2009, Florianópolis. **Anais Centro de Desportos PET – Educação Física UFSC**. Florianópolis: UFSC, outubro 2009.

BOSI, A.; SAVIANI, D.; MENDES, D. T.; HORTA, J. S. B. **Filosofia da Educação Brasileira. Tendências e Correntes da Educação Brasileira**, Rio de Janeiro, Civilização Brasileira, 1983.

BRAGA, W. L. D. **História de Santa Catarina. Ensino Médio**, Minas Gerais, Editora Universidade, 2003.

CALDEIRA, Junia Marques. **O papel da praça pública, da Colônia ao Brasil moderno**. *Jornal da UNICAMP*. São Paulo, p11, 26 nov 2007

CAMARGO, Luiz Otávio de Lima. **O que é Lazer**. São Paulo: Brasiliense, 1989.

CARLSON, Victor Emmanuel; ZEFERINO, Augusto César. **Trilhas e Caminhos da Ilha de SC Ao Redor da Ilha**. Florianópolis: Lagoa, 2005.

CASTELLANI Filho, Lino. (Org.). **Gestão pública e política de Lazer: A Formação de agentes sociais**. 1ª. ed. Campinas: Autores Associados, 2007.

CAVALCANTI, Kátia Brandão. **Tempo livre, lazer e luta ideológica**. Reflexão, Campinas, v. 11, n.35, p.24-32, maio/ ago., 1986.

CONSOLIDAÇÃO DAS LEIS DO TRABALHO.

<<http://www.planalto.gov.br/ccivil/decreto-lei/del5452.htm>> Acesso em: 18 de abril de 2011

CUNHA, Newton. **A felicidade imaginada: a negação do trabalho e do lazer**. São Paulo : Brasiliense, 1987

Dicionário Priberam da Língua Portuguesa. <<http://www.priberam.pt/DLPO>>. Acesso em: 18 de junho de 2011

DUMAZEDIER, Joffre. **Lazer e cultura popular**. São Paulo, Editora Perspectiva, 1973.

HUIZINGA, Johan. **Homo Ludens**. São Paulo. Editora Perspectiva, 1980.

GIL, Antônio Carlos. **Como classificar as pesquisas**. http://www.professordilson.pro.br/omono/classifica%C3A7%C3A3o_de_pesquisas.doc Acesso em: 13 de junho de 2010.

GAELZER, Lenea. O compromisso social da educação para o tempo livre. Reflexão, Revista quadrimestral do Instituto de Filosofia, PUCCAMP, ano XI, n.35, maio/ago. 1986.

GOMES, Marco Antônio Silvestre. **De largo a jardim: as praças públicas no Brasil – algumas aproximações**. Estudos Geográficos, Rio Claro, 5(1), p.101-120, (ISSN 1678—698X), 2007 OU na Revista Eletrônica de Geografia: <<http://cecemca.rc.unesp.br/ojs/index.php/estgeo>> Acesso em: 24 de abril de 2008.

GOMES, Romeu . **A Análise de Dados em Pesquisa Qualitativa**. In: Minayo, M. C. De S.. (Org.). Pesquisa Social: Teoria, Método e Criatividade. São Paulo: Vozes, 2007.

GONSALVES, Elisa Pereira. **Iniciação à pesquisa científica**. Campinas: Alínea, 2007

Guia Fácil: Listas Telefônicas. 5ª Ed. Florianópolis e São José: 2011

Guia Turístico de Florianópolis – Outras Palavras, Editora Ltda, 1995.

<<http://www.pmf.sc.gov.br/index.php?link=perfil&sublink=historia>> Acesso em: 24 abril 2008

Guia Floripa. Copyright© 1999 – 2006

<http://www.guiafloripa.com.br/turismo/centro/pontos_turisticos.php3> Acesso em: 24 abril 2008

HELOU, Ângela Regina Heinzen Amin; RIEDERER, Carlos Alberto; NASCIMENTO, Marcelo Vieira; ROCHA, José Rodrigues da; FERREIRA, Ismêmia Iria Carmisini. **Guia Digital de Florianópolis**. Edição 2003, versão 2.02.10

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA.
<<http://www.ibge.gov.br>>. Acesso em: 28 de abril de 2011

INSTITUTO DE PLANEJAMENTO URBANO; **Levantamento Florianópolis: áreas verdes de uso público**. Nov/1998

Integração – A Revista Eletrônica do Terceiro Setor

<<http://integracao.fgvsp.br/ano8/06/administrando.htm>> Acesso em: 07 de junho de 2008

LAZZAROTTI FILHO, Ari. Formação para a ação: a experiência do esporte e lazer na cidade no “nortão” do Mato Grosso. In: CASTELLANI Filho, Lino. (Org.). **Gestão pública e política de Lazer: A Formação de agentes sociais**. 1ª. ed. Campinas: Autores Associados, 2007.

LOPES, Maria Isabel de Souza. **É pirueta pra cavar o ganha pão**. Reflexão, Campinas, ano XI, n. 35, mai/ago. 1986.

MAGNANI, José Guilherme Cantor. **Festa no pedaço: Cultura popular e lazer na cidade**. São Paulo: Ucitec Editora, 1998.

MARCELLINO, Nelson Carvalho. **Considerações sobre valores expressos por autores brasileiros na relação Lazer-Educação**. Campinas, 1986.

MARCELLINO, Nelson Carvalho. **Lazer e Educação**. Campinas, Papyrus, 1987.

MARCELLINO, Nelson Carvalho. **Lazer e Humanização**. Campinas: Papyrus, 1983.

MARINHO, Inezil Penna; Escólios axiológicos à problemática jurídica do lazer – o lazer como importante fator na “Qualidade de Vida” do trabalhador. In: GOELLMER, Silvana Vilodre (Org). **Inezil Penna Marinho: Coletânea de textos**. UFRS, Porto Alegre, 2005. p. 95 – 114.

MARX ,Karl; ENGELS,Friedrich. **Manifesto do Partido Comunista**. São Paulo. Global Editora, 1987.

MARX,Karl. **Capítulo VI Inédito de O CAPITAL. Resultado do processo de produção Imediata**. São Paulo. Editora Moraes Ltda,s/d.

MARX, Karl. **O Capital, Crítica da economia Política**. São Paulo, Nova Cultura, 1985.

MASCARENHAS, Fernando. Outro lazer é possível! Desafio para o esporte e lazer da cidade. In: CASTELLANI Filho, Lino. (Org.). **Gestão pública e política de Lazer: A Formação de agentes sociais**. 1ª. ed. Campinas: Autores Associados, 2007.

MINAYO, Maria Cecília de Souza. (Org.) Pesquisa Social: **Teoria, método e criatividade**. Petrópolis, RJ: Vozes, 2008.

MINAYO, Maria Cecília de Souza. **O desafio do conhecimento: pesquisa qualitativa em saúde**. São Paulo, SP: Hucitec, 2006.

MEKSENAS, Paulo. **Pesquisa social e ação pedagógica: conceitos, métodos e práticas**. Edições Loyola, 2002

OLEIAS, Valmir. **Conceitos de lazer**. <<http://www.cds.ufsc.br/~valmir/cl.html>> acessado em: 10 de junho de 2011

OLIVEIRA, Paulo de Salles. **Lazer e trabalho**. Reflexão, PUCCAMP – Campinas, SP, 1986.

PONTE, Vera Maria Rodrigues; OLIVEIRA, Marcelle Colares de; MOURA, Héber José de; BARBOSA, Victor José. **Análise Das Metodologias E Técnicas De Pesquisas Adotadas Nos Estudos Brasileiros Sobre Balanced Scorecard: Um Estudo Dos Artigos Publicados No Período De 1999 A 2006.** 2008. <www.anpcont.com.br/site/docs/congressol/03/EPC079.pdf> Acessado em: 13 de junho de 2010

Prefeitura Municipal de Florianópolis. <<http://pmf.sc.gov.br>> Acesso em: 6 de maio de 2008

RIBEIRO JUNIOR, J. **Algumas considerações sobre o ócio como lazer.** Revista Reflexão, Campinas - PUCCAMP _ SP, v. 35, 1986.

RIBEIRO, Renato Janine. **A democracia.** 1ª edição. São Paulo: Editora Publifolha, 2001.

ROBBA, Fabio; MACEDO, Silvio Soares. Praças Brasileiras. Estudos Geográficos: Revista Eletrônica de Geografia, Rio Claro, v. 2, jul-dez – 2004. p.87-88: <www.rc.unesp.br/igce/grad/geografia/revista.htm> Acesso em: 24 de abril de 2008

Santa Catarina – Brasil Qualidade de Vida. <http://www.santacatarinaturismo.dzo.com.br/interna_br.php?secao=01&item=sub0103> Acesso em: 4 de maio de 2008

SILVA, Norma Felicidade Lopes. **A dimensão ideológica do lazer.** Reflexão, v.11, n. 35, 1986

SILVA, Sueli Santos da. **Milton Santos: Concepções de geografia, espaço e território.** Francisco Beltrão: UNIOESTE, 2009. 99 p. **Dissertação** (Mestrado em Geografia), Universidade do Oeste do Paraná, Francisco Beltrão, 2009

Sousa, I. S. **Incursões históricas sobre a relação entre tempo livre/lazer, trabalho, educação física e a condição social da vida dos trabalhadores.** VII Congresso Brasileiro de história da educação física, esporte, lazer e dança. ANAIS. Gramado/RS.2000.

SOUSA, Iracema Soares de; BARANENKO, Lenka Aguiar. **Lazer, conceitos e pré-conceitos – um senso comum sistematizado?** In: XI Semana Acadêmica da Educação Física, Florianópolis: UFSC, 2010

Peixoto, Elza. **Levantamento do estado da arte nos estudos do lazer: (Brasil) séculos XX e XXI – alguns apontamentos.** Educação e Sociedade, Campinas, vol.28, n.99, p.561-586, maio/ago.2007

TeleListas.net. Grande Florianópolis. 2009.

TRIVIÑOS, Augusto Nivaldo da Silva. **Introdução à pesquisa em ciências sociais: a pesquisa qualitativa em educação.** São Paulo: Atlas, 1987

ANEXOS

Anexo 1 - Lista de praças

Praças de Florianópolis

<i>Praça</i>	<i>Localidade</i>	<i>Área (m²)</i>
Abdon Batista	Saco dos Limões	1.920
Alameda Adolfo Konder	Centro	990
Alziro Zarur	Estreito	2.380
Anízio da Silveira Machado	Canto	2.700
Antônio Machado	Monte Verde	560
Aquiles Paulo de Souza	Monte Cristo	450
Assis Chateaubriand	Centro	1.639
Bento Silvério	Lagoa da Conceição	5.263
Breno P. Valadares	Santa Mônica	9.503
Caiçara	Itacorubi	6.290
Calistrato Salles	Itaguaçú	225
Celso Ramos	Centro	11.803
Clara Eulina de Abreu Soares	São João Rio Vermelho	1.300
Constâncio João J. Mendonça	Centro	1.850
D. Pedro I	Centro	3.620
Da França	Centro	3.696
Dalva Cardoso	Saco dos Limões	1.370
De Portugal	Centro	6.400
Djair Kurt	Monte Verde	750
Do Conselho Com. do Itacorubi	Itacorubi	9.200
Do Desterro	Centro	800
Donato da Silva	Santa Mônica	900
Dos Namorados	Centro	1.781
Dos Navegantes	Balneário	2.900
Duque de Caxias	Estreito	1.000
Edith Gama Ramos	Canasvieiras	450
Edson Pereira da Nascimento	Córrego Grande	1.306
Esteves Júnior	Centro	1.303
Etelvina Luz	Centro	128
Eugênio Cordeiro Dutra	Capoeiras	1.235,13
Fermino Manoel da Silva	Ribeirão da Ilha	1.000
Fernando Machado	Centro	3.580
Floriano Peixoto	Centro	3.580
Getúlio Vargas	Centro	13.300
Gilberto Guerreiro da Fonseca	Centro	2.000
Guilherme Fortekamp	Balneário	900
Hercílio Luz	Centro	990

Herminio Silva	Ribeirão da Ilha	780
Jardim do Estudante	Capoeiras	3.289
Jardim Getúlio Vargas	Santo Antônio de Lisboa	4.808
Jardim Senador Saulo Ramos	Lagoa da Conceição	---
João Batista Vieira	Coloninha	3.184
João Demaria Cavalazzi	Estreito	875
João José da Cruz	Ingleses	480
Jom. Teixeira da Rosa	Centro	2.600
José M. da Costa Ortiga	Centro	1.639
Lauro Muller	Centro	716
Maçonica	Centro	1.050
Marcelino Vieira Filho	Estreito	30
Marcílio Dias	Estreito	1.850
Martinho Lutero	Saco dos Limões	10.563
Miguel Ângelo Sedrez	Itacorubi	4.875
Nagib Jabor	Capoeiras	3.289
Nossa Senhora de Fátima	Estreito	8.866
Olívio Amorim	Centro	1.500
Osni Ferreira	Monte verde	14.500
Oswaldo Bulcão Viana	Centro	1.050
Oswaldo de Oliveira	Capoeiras	315
Padre Jacir Bachi	Carvoeira	720
Padre José de Anchieta	Santa Mônica	9.503
Paulo Schlemper	Estreito	---
Pereira Oliveira	Centro	890
Pio XII	Lagoa da Conceição	900
Praia do Meio	Coqueiros	11.494,33
Renato Ramos da Silva	Estreito	12.527,70
República da Grécia	Agronômica	6.400
República do Líbano	Canasvieiras	1.657
Roberto Oliveira	Estreito	2.994,10
Roldão da Rocha Pires	Santo Antônio de Lisboa	750
Santos Dumont	Trindade	8.377
Sesquicentenário da Polícia Militar	Centro	6.400
Tancredo Neves	Centro	10.861,05
Virgílio Várzea	Canasvieiras	1.014
XV de Novembro	Centro	6.655,19
Parque Municipal	Estreito	18.000
Total		274.467

Fonte: Gaplan / Floram

Anexo 2 - Lista de parques

Parques de Florianópolis

Parques	Localidade	Área (m ²)
Beira Mar Norte	Agronômica	28.947
Canal Buchele	Jardim Atlântico	1.450
Ecológico Padre Horn	Coloninha	12.750
Felipe Neves	Coloninha	321

Guilherme Fortkamp	Estreito	280
Infantil Dilma Cardoso	Saco dos Limões	225
Juthair Beiro Carames	Estreito	433,66
Maria José Vieira	Capoeiras	450
Metropolitano Francisco Dias Velho	Centro	189.500
Municipal Chico Mendes	Centro	16.122
Náutico Walter Lange	Centro	25.700
Tupinambá	Estreito	352,30
Zilda Silveira	Trindade	1.220
Zoé Fernner Lyra	Capoeiras	5.000,37
Total		282.751

Fonte: Gaplan / Floram

Anexo 3 - Lista de largos

Largos de Florianópolis

<i>Largos</i>	<i>Localidade</i>	<i>Área (m²)</i>
Benjamin Constant	Centro	1.760
Da Alfândega	Centro	6.024
Fagundes	Centro	2.800
Frei Tito Olivetto	Agronômica	190
Hippólito do Vale Pereira	Centro	240
São Sebastião	Centro	1.400
Total		10.654

Fonte: Gaplan / Floram

Anexo 4 – Autorização de imagem

AUTORIZAÇÃO DE IMAGEM

Eu _____, abaixo assinado, concedo para livre utilização direitos sobre a minha imagem e som da minha voz, para o Trabalho de Conclusão de Curso **Espaços públicos para lazer na cidade de Florianópolis**, autorizando, conseqüentemente e universalmente, sua utilização, em toda e qualquer distribuição e exibição da obra audiovisual, por todo e qualquer veículo, processo, ou meio de comunicação. Para tanto a produção do Trabalho de Conclusão de Curso compromete-se na inserção de meu nome nos créditos.

RG:

E-mail:

Anexo 5 – Entrevista semi-estruturada

Entrevista (semi-estruturada)

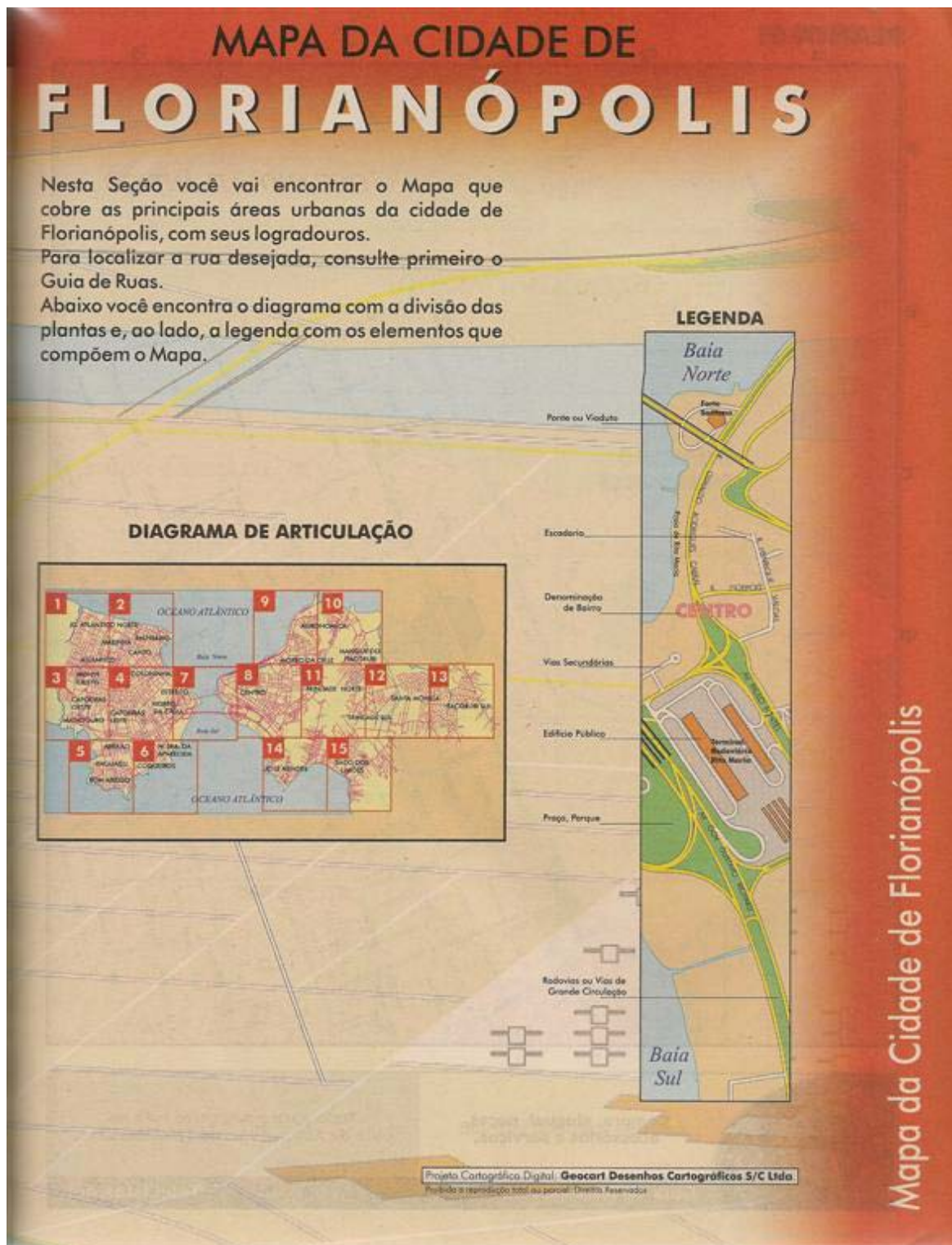
- Quais lugares costuma frequentar fora do horário de trabalho/estudo (lazer)? (aqui poderei perceber se o espaço-público está entre as primeiras opções ou não)
- O que acha dos espaços-públicos na cidade?
 - considera que tem ou não espaços públicos suficientes?
 - Quais espaços públicos costuma frequentar?
 - O que faz nos espaços públicos? Para quê usa?
 - com que frequência vai aos espaços públicos?
 - há ou não objetos para uso nos espaços públicos, como está a preservação?
 - tem idéia de como é o planejamento desses espaços públicos?
- Costuma levar alguém ou encontrar alguém nos espaços públicos?
 - Quem? (filho (a), irmão (ã), namorado (a)...)
 - conheceu alguém nesses lugares?
- Tem algum elogio ou reclamação sobre essas questões na cidade?
 - qualidade dos espaços públicos?
- Como está sua relação com tempo de trabalho/tempo livre?

Anexo 6 – Mapa de Florianópolis com a demarcação voltada para o centro



Guia Fácil: Listas Telefônicas, 2011

Anexo 7 – Mapa de Florianópolis com a demarcação voltada para o centro



TeleListas.net. Grande Florianópolis. 2009

Anexo 8 – Documentário “Curta NA PRAÇA”